

ATA N.º 286

----- Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, na sede da Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Senhorinhense, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

- 1 **Atas e Correspondência**-----
- 2 **Período de Antes da Ordem do Dia**-----
- 3 **Período da Ordem do Dia**-----
 - 3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal-----
 - 3.2 Alteração ao Regulamento de Utilização da Piscina Municipal de Sever do Vouga
 - 3.3 Alteração ao Regulamento de Apoio ao Arrendamento Urbano para Fins Habitacionais-----
 - 3.4 Regulamento de Atribuição de Incentivos ao Abate de Javalis (Sus Scrofa)-----
 - 3.5 Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Rocas do Vouga-----
 - 3.6 Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Silva Escura e Dornelas --
 - 3.7 Mapa de Demonstrações do Desempenho Orçamental-----
 - 3.8 Alteração Modificativa ao Orçamental Municipal de 2024-----
 - 3.9 Fiscalização das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada-----
 - 3.10 Plano Estratégico Municipal de Saúde e Bem-Estar de Sever do Vouga-----
 - 3.11 CPCJ – Recondução ou Eleição de Cidadão Eleitor-----
 - 3.12 CPCJ – Eleição de Novo Cidadão Eleitor-----
 - 3.13 Revisão da Estratégia Local de Habitação-----
- 4 **Período Destinado ao Público**-----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e cinco minutos. Cumprimentou todos os presentes, em especial aos membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores presidentes de junta, Presidente da Câmara, senhora vereadora e senhores vereadores. Apresentou o seu agradecimento à senhora Presidente da Junta da Freguesia de Sever do Vouga, Maria Amaral Martins Pereira, pela disponibilização dos meios necessários à realização da assembleia, naquele local e pela colaboração prestada. Agradeceu, ainda, ao senhor Presidente da Direção e ao senhor Presidente da Assembleia Geral da Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Senhorinhense pela cedência das instalações e pela colaboração prestada. De seguida, solicitou à segunda secretária para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Adérito Soares-----
- Alexandre Manuel Tavares Rocha-----
- Alexandre Miguel Coutinho Tavares-----
- Almiro da Silva Machado-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- Ana Maria Veloso Martins da Silva-----
- António Augusto de Macedo Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Cláudia Isabel Lopes Cruz-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----
- Fernando Pereira Rodrigues-----
- Hermínio Pedro Marques Martins-----
- Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos-----
- João Rodrigues Oliveira-----

- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Pedro de Bastos Costa Lemos-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Maria Amaral Martins Pereira-----
- Maria Margarida Nunes Oliveira-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Sandra Marlene Rodrigues Pereira-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Tânia Filipa Fernandes Pinheiro-----

---- Nesta data, encontravam-se em efetividade de funções os membros da Assembleia Municipal: Adérito Soares, Alexandre Manuel Tavares Rocha, Almiro Silva Machado, Ana Cristina da Silva Tavares, Ana Maria Veloso Martins da Silva, António Augusto de Macedo Cruz, António Carlos Bívar Branco de Penha Monteiro, António Fernando da Silva Dias, Cláudia Isabel Lopes Cruz, David da Silva Alves, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, Elga Maria do Amaral Martins da Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Hermínio Pedro Marques Martins, Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos, João Rodrigues de Oliveira, Jorge Manuel Henriques da Graça, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Pedro de Bastos Costa Lemos, Luís Filipe Tavares da Silva Pedro, Maria Amaral Martins Pereira, Maria Margarida Nunes Oliveira, Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço, Pedro Miguel Martins Mendes, Renata Liliana da Costa Marques, Sandra Marlene Rodrigues Pereira, Sérgio Soares da Silva e Tânia Filipa Fernandes Pinheiro.-----

---- Os seguintes membros chegaram mais tarde, não tendo estado presentes aquando da chamada: Alexandre Tavares, David Alves, Elga Silva, Luís Pedro e Tânia Pinheiro.-----

---- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; Ricardo Manuel Tavares da Silva, Paula Cristina Dias Coutinho e José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vereadores.-----

--- Esteve presente Luís Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro, em apoio à Mesa. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** transmitiu que alguns membros tiveram alguma dificuldade em aceder aos documentos, por questões técnicas e informáticas, e pediu que, nessas situações, entrassem em contacto com o Luís Figueiredo ou com a Carla Alexandra para disponibilizarem os documentos via e-mail. De seguida, informou que a Vereadora Inês Machado tinha apresentado uma justificação para a sua ausência. Quanto às faltas e substituições, registaram-se as seguintes: Pedro Miguel Martins Mendes, que foi substituído por Alexandre Miguel Coutinho Tavares e Renata Liliana da Costa Marques, que foi substituída por Júlio Martins Fernandes.-----

-----1 – Ata e Correspondência-----

1.1 Ata n.º 285 de 22 de dezembro de 2023: Foi apreciada a ata da sessão ordinária de 22 de dezembro de 2023, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por maioria, pelos membros Adérito Soares, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sandra Pereira e Sérgio Silva. Foi registada uma abstenção de António Dias. Os membros David Alves, Elga Silva, Luís Pedro e Tânia Pinheiro não participaram da votação por terem chegado mais tarde.-----

1.3 Correspondência e Informações:-----

Correspondência recebida desde a última sessão ordinária, que foi disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal juntamente com a documentação da sessão:-----

- Relatório do Auditor Externo – Primeiro Semestre de 2023;-----

- Convite - Concerto de Ano Novo da BUMP;-----
- Convite - Jantar de Natal da Junta de Freguesia de Rocas do Vouga;-----
- e-mail de António Dias sobre Contas Correntes e Fundos Disponíveis;-----
- Ofício da AdRA à Junta de Freguesia Couto de Esteves;-----
- Ofício da AdRA à Junta de Freguesia Rocas do Vouga;-----
- Ofício da AdRA à Junta de Freguesia Talhadas;-----
- Notificação da APA;-----
- Notificação de Despacho de Arquivamento do PA n.º 77-2023;-----
- ANAM - Espólio Autárquico 25 de Abril;-----
- Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro - Arquivamento do PA n.º 44-2023;-----
- Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro - Arquivamento do PA n.º 75-2023;-----
- REN Sever do Vouga Participação CP;-----
- Definição do Local da Sessão de fevereiro de 2024;-----
- IV Congresso da ANAM;-----
- Prémios ANAM 2024;-----
- Comissão Alargada - Fim de Mandato;-----
- Convite Inauguração Projeto Nature Storytelling at Sever do Vouga;-----
- Convite - Rota da Lampreia e da Vitela 2024;-----
- TAF Aveiro - Despacho de Arquivamento PA 54-2023;-----
- TAF Aveiro - Despacho de Arquivamento PA 57-2023;-----
- TAF Aveiro - Despacho de Arquivamento PA 76-2023;-----
- TAF Aveiro - Despacho de Arquivamento PA 78-2023;-----
- TAF Aveiro - Despacho PA 55-2023;-----
- Comunica Cessação de Funções na CPCJ Sever do Vouga;-----
- Convite - Rotary Club de Sever do Vouga;-----
- TAF Aveiro - Despacho PA 53-2023.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Relativamente à correspondência, alguns documentos foram enviados, creio que ainda hoje terá sido enviado um último documento, conforme eles foram disponibilizados. Permitam-me apenas destacar alguns que eu acho mais importantes por aquilo que tem sido discutido ao longo das assembleias, nomeadamente o relatório do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município, uma decisão da APA a condenar o Município numa coima de € 55 000,00 relativamente à execução das obras na zona de fruição de Couto de Esteves que, entretanto, pela informação escrita também já percebemos que irá ser apresentado recurso desta decisão. Alguns despachos de arquivamento do Tribunal Administrativo de Aveiro relativamente às participações que foram feitas de alguns assuntos das auditorias, despachos de arquivamento estes que têm que ser lidos com o devido critério porque, se perceberem, alguns dos atos embora feridos de anulabilidade, portanto, o prazo de reação caducou e, por isso, ir-se-ão manter tal como estão. No fundo, não há uma reação possível sobre os mesmos em termos legais. Depois, também pela sua importância, destacava o relatório de atividades da CPCJ do ano de 2023 e o plano de atividades para 2024. De realçar aqui, ainda, o enorme número de casos registados de violência sobre menores. É um documento que deverá ser lido com atenção. Depois, também, e para concluir, o parecer da CCDR-C a propósito da contratação de serviços médicos pelo Município e pelas Freguesias e, também, o parecer do SNS sobre a mesma matéria, a considerar que não é legal fazer esta contratação pelas autarquias. Dito isto, nos destaques relativamente à correspondência, permitam-me também que vos refira alguns eventos onde estive presente, nomeadamente:-----

- 07 de janeiro, no concerto de ano novo da BUMP, devo dizer-vos que foi um espetáculo de grande qualidade e é nestas ocasiões que nós, de facto, ficamos sensibilizados para a cultura e para a necessidade de investir na cultura;-----

- 08 de janeiro, assisti nos paços do concelho, a convite do senhor Presidente da Câmara, ao cantar das janeiras do Grupo Cantos e Cordas da Universidade Sénior;-----
- 12 de janeiro, a convite do senhor Presidente da Câmara, estive com ele numa reunião com os representantes da ULS a propósito dos requisitos para criar a Unidade de Saúde Familiar que tanto pretendemos e tivemos oportunidade, também, de conversar com os elementos do nosso centro de saúde sobre esta matéria. Foi uma reunião importante;---
- 04 de fevereiro, a convite do senhor Presidente da Câmara, estive na cerimónia de entrega de prémios da prova de abertura de ciclismo da Região de Aveiro;-----
- 09 de fevereiro, também a convite do senhor Presidente da Câmara, estive presente numa iniciativa do IPDJ sobre o tema “Tu Também Podes Ser a Presidente do Teu Clube” onde esteve presente neste ato o senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto. Isto decorreu no Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga;-----
- 10 de fevereiro, a convite do senhor Presidente da Câmara, estive na apresentação do projeto Nature Storytelling. Para quem não esteve, devem ver. É um trabalho excelente dos nossos técnicos do Município, de facto muito importante para trazer pessoas a Sever do Vouga e para divulgar o nosso concelho. Portanto, recomendo vivamente;-----
- 12 de fevereiro, a convite do CLDS, estive com o senhor Presidente da Câmara e a senhora Vereadora Paula Coutinho num convívio de Carnaval para idosos, em Parada;-
- 17 de fevereiro, a convite do senhor Presidente da Câmara, estive na apresentação da Rota da Lampreia e da Vitela;-----
- 22 de fevereiro, a convite do Rotary Club de Sever do Vouga, estive no jantar festivo com a visita do Governador *Rotary* do distrito, também com o senhor Presidente da Câmara;-----
- Amanhã, em princípio, estarei na apresentação do Festival das Camélias, a convite do senhor Presidente da Câmara.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Dito isto, têm a palavra sobre esta matéria da correspondência. Não havendo intervenções, vamos passar ao período de antes da ordem do dia. Estão abertas inscrições para este ponto.-----

-----2 – Período de Antes da Ordem do Dia-----

Feitas as inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a primeira palavra a Sérgio Silva.-----

Sérgio Silva – Muito boa tarde, meus senhores e minhas senhoras, senhores deputados municipais, senhor Presidente e senhores vereadores, senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Eu faço aqui uma nota prévia, que até tinha a ver com a correspondência, mas é uma coisa muito rápida e o senhor Presidente da Assembleia disse que as entidades competentes pronunciaram-se sobre a saúde e que as câmaras municipais e as juntas de freguesia não tinham, ou que, não era legal, foi essa a palavra que o senhor Presidente usou.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não disse as entidades competentes, eu disse que foi um parecer da CCDR e do SNS.-----

Sérgio Silva – Eu corrijo. O senhor Presidente da Assembleia disse que as juntas de freguesia e as câmaras municipais, ou que a contratação de médicos pelas juntas de freguesia e pelas câmaras municipais não era legal. Foi o termo utilizado pelo senhor Presidente da Mesa. O ofício que nos fez chegar diz, apenas, que “*informamos que subscrevemos o vosso entendimento de que a competência invocada pela Freguesia de Couto de Esteves não habilitará a contratação em causa*”. Diz apenas que não habilitará, não diz se é legal ou não.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Interprete como quiser.-----

Sérgio Silva – Interpreto, claro que sim. Mais à frente, podemos falar do assunto. O que eu queria vir aqui hoje fazer era pedir à Mesa e ao senhor Presidente da Mesa, que faça chegar à Câmara e que me faça solicitar cópia de todos os protocolos de apoio ao investimento celebrados com todas as freguesias e cópia de todas as alterações referentes

ao ano de 2022, nomeadamente todas as alterações que eu vi, recentemente, numa reunião de Câmara em 07 de dezembro e houve aqui umas trocas e baldrocas na freguesia de Rocas e eu queria que fizessem chegar isso, se calhar, a todos os membros da Assembleia porque acho que é da maior importância essa informação fazer-se chegar a todos os membros da Assembleia.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Vai apresentar o requerimento por escrito?-----

Sérgio Silva – Sim.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Já agora, para complementar, naturalmente que, quando é dada uma informação ou quando é feito um pedido de esclarecimentos, todos os membros da Assembleia tomam conhecimento disso. Creio que tem acontecido sempre, salvo algum lapso. João Oliveira, tem a palavra.-----

João Oliveira – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, senhores deputados, senhoras presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras. Muito boa tarde a todos. Mais uma vez, temos uma ordem de trabalhos muito extensa, o que não nos permite analisar devidamente toda a documentação que recebemos e tomar decisões mais fundamentadas, no curto espaço de tempo que temos para o fazer. Face à extensão da ordem de trabalhos de hoje, vamos conter-nos nas intervenções e apelamos à capacidade de síntese dos outros intervenientes. Tive a oportunidade de assistir à apresentação do projeto do aproveitamento turístico da antiga linha mineira do Braçal, com o nome pomposo de “Nature Storytelling at Sever do Vouga” e quero felicitar o executivo pelo trabalho apresentado. Uma apresentação com vários e importantes testemunhos de pessoas simples que merece ser preservado. Um autêntico e fidedigno “Baú das nossas memórias das minas do Braçal e também da antiga linha ferroviária do Vouga”. A propósito de “Baú das nossas memórias”, permitam-me que abra aqui um parêntesis e que recorde uma exposição organizada pela Universidade Sénior do Rotary que esteve presente no CAE durante todo o mês de dezembro, muito visitada e apreciada, e que merece ser replicada num Museu Etnográfico Municipal. O repto já foi lançado ao executivo. Esperamos que dê frutos pois poderá ser mais um polo de atração para quem nos visita. Mas, voltando ao projeto de aproveitamento turístico da antiga linha mineira do Braçal, queria referir o seguinte: tendo este projeto sido aprovado durante o anterior executivo, estranhámos que durante a sua apresentação não tenha sido feita qualquer referência a este facto. Apesar deste projeto, sem qualquer dúvida, ser um documento extremamente importante para a divulgação turística do concelho, é necessário que, como já aqui referi em anteriores sessões desta assembleia, que quem nos visita se sinta atraído e sensibilizado também à sua chegada a Sever do Vouga. A começar pela paisagem junto ao rio Vouga, como já aqui chamámos à atenção algumas vezes e como o Sr. Presidente da Ass. Municipal também referiu e muito bem aquando da apresentação pública do projeto Nature Storytelling, as acácias da margem do rio Vouga não são um bom cartão de visita. Há pelo menos uma associação local, a SeVerde, que já se propôs colaborar com o município na resolução deste problema das acácias, naturalmente dentro das suas limitações. As bermas da estrada da entrada da vila existiam plantas de mirtilo. Penso que era intenção do executivo substituí-los por camélias. Neste momento nem mirtilos nem camélias. Gostávamos de saber qual o arranjo que está previsto para aquele local e quando terá lugar. Quanto às rotundas da entrada da vila, o aspeto e a jardinagem das mesmas deixa muito a desejar. Não são atrativas. Ponto. Quanto ao centro da vila, especificamente o jardim do lago, para além de apresentar algum perigo para as crianças e adultos não cativa nem os severenses nem quem nos visita. Quanto ao parque urbano e à ecopista, aquando da apresentação do projeto Nature Storytelling o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que tinham sido efetuadas candidaturas para melhoramentos dos mesmos. Gostaríamos que nos informasse quando pensa ter estas candidaturas aprovadas e, no caso de estas aprovações serem morosas, se pensa fazer alguns melhoramentos nestas zonas, para que quem nos

visita volte e recomende. É importante que o parque urbano da vila esteva minimamente apresentável aquando da Ficavouga, por razões óbvias. Senhor Presidente da Câmara Municipal, gostaríamos ainda de saber quando é que o turismo começará a funcionar no novo posto de turismo e se este estará aberto a quem nos visita durante os sete dias da semana. Voltando às acácias queríamos ainda referir que as mesmas já estão a tirar a visibilidade aos condores na estrada que liga Sever à Ermida. Urge corrigir esta situação, até por motivos de segurança. Senhor Presidente da Câmara Municipal, conhece aquele ditado “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”? Eu acredito que vale a pena insistir e por isso vou continuar a fazê-lo. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, João Oliveira. António Monteiro, tem a palavra.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta. Em especial, queria começar por cumprimentar e agradecer à senhora Presidente de Junta de Sever do Vouga, à Associação Senhorinhense que nos cedeu este espaço e saudar, evidentemente, o público que entendeu assistir a esta assembleia municipal. E, é bom estarmos aqui reunidos. Já várias vezes vim aqui a esta associação, fui sempre muito bem recebido, e queria começar esta assembleia municipal por chamar à atenção para algo que, sendo nacional, tem impacto direto naquilo que é a vida toda das pessoas e que tem a ver com os licenciamentos urbanísticos. O governo do PS, já em agonia, aprovou o Decreto-Lei n.º 10/2024 que veio simplificar o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, ou seja, a lei que regula os licenciamentos de construção e as licenças de utilização. Esta alteração visa simplificar esses licenciamentos passando, em muitos casos, a ser apenas uma autorização ou uma comunicação prévia, dispensar, também, nas escrituras públicas de serem apresentadas as licenças de utilização e eu não tenho a menor dúvida que esta alteração vai ter um impacto direto na vida, não apenas das pessoas que se dirigem à Câmara pedindo uma licença, mas, fundamentalmente, nos serviços municipais porque vai obrigar, a partir de março, a mudarem a forma como têm funcionado até hoje e, uma das coisas que, habitualmente, acontece, e é bom termos esta noção, é que, por lei, se a Câmara não responde em sessenta dias, está autorizada tacitamente aquilo que foi pedido, a licença de construção que foi solicitada à Câmara. Só que, a lei permitia que fosse possível interromper este prazo pedindo esclarecimentos, pedindo mais documentos, e a nova lei veio dizer “*calma lá com este prazo*” e aquilo que serviu, em muitos casos, de refúgio aos serviços públicos, todos eles incluindo as entidades externas que dão parecer e em Sever do Vouga, em especial, REN e RAN, passarão a ter prazos que deverão ser cumpridos. Portanto, isto lança um desafio à organização dos serviços municipais porque, em muitos casos, se calhar aquilo que era o esforço de fiscalização prévia dos projetos tem que passar a ser um esforço de fiscalização à posteriori do que já estará no terreno e há matérias como, por exemplo, as licenças de utilização que eu sei que são particularmente desafiantes no Município de Sever do Vouga em que construção antiga se estão a exigir documentos que a lei tem vindo a eliminar, mas que obriga necessariamente a que no que diz respeito àquilo que são a emissão dessas licenças que exista toda uma nova celeridade e a pergunta que eu faço ao senhor Presidente da Câmara é: já houve ações de formação sobre esta matéria, se estão disponíveis na Associação Nacional de municípios alguma ação de formação já sobre esta matéria e se vão, efetivamente, simplificar estes procedimentos, até porque eu confesso que, depressa e bem, não há quem. Eu, quando nós olhamos para esta lei, vemos o desafio que é lançado às autarquias locais e vemos, por exemplo, para fazer uma escritura de compra e venda deixa de ser exigida a licença de utilização, mas ao mesmo tempo os bancos continuam a licença de utilização e esqueceram-se de que no arrendamento continua a ser obrigatória a licença de utilização. Portanto, no fundo, são dados sinais equívocos. Há uma certa insegurança jurídica quanto à forma como irá funcionar esta lei, portanto, seria importante que o Município de Sever do Vouga fosse exemplar e resolvesse a vida aos seus cidadãos e

a quem pretende investir e reabilitar e vender as suas casas e conseguir, com isso, dinamizar a economia do concelho. Aquilo que é a minha pergunta para o senhor Presidente da Câmara é se está, neste momento, planeada a entrada em vigor da nova lei e se estão tomadas medidas, nomeadamente, se há algum manual, por exemplo, que venha clarificar aquilo que são estas alterações à lei. Queria, também, focar aqui um outro ponto que foi, até, falado pelo orador anterior e que eu queria que ficasse claro quanto àquilo que é a posição do CDS. Nós não temos dúvida absolutamente nenhuma que, nas atribuições das autarquias locais, está a saúde. Significa isto que, nos fins que nós, enquanto município, e é igual para as freguesias, temos, um deles é cuidar da saúde da nossa população. Depois, cada um dos órgãos, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, no município, Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia, na freguesia, têm as suas competências próprias para prosseguirem as suas atribuições. Se uma freguesia, como a Freguesia de Talhadas entendeu contratar um médico, como podia contratar um psicólogo ou um jurista para dar apoio jurídico à sua população, está no âmbito das suas competências próprias fazê-lo na área da saúde. Não faz parte do Serviço Nacional de Saúde. Não tem essa função. E, no âmbito da sua freguesia, tem competência para o fazer e não temos a menor dúvida quanto à legalidade dessa intervenção. Coisa diferente é a Freguesia ir além daquilo que é o seu território ou pretender-se fazer um protocolo de delegação de competências do Município na Freguesia porque o Município aceitou uma descentralização de competências na área da saúde específica por parte do governo. Os edifícios, o pessoal auxiliar, a segurança, a limpeza, foram as matérias que foram delegadas no Município. Portanto, especificou-se exatamente aquilo que o Município podia fazer. Ora, para se fazer um protocolo de delegação de competências do Município numa Freguesia é necessário que essa competência seja municipal e, no que diz respeito aos médicos, como vimos, não houve descentralização de competências no Município nessa matéria, portanto, nós temos muito claro que, se uma Freguesia ou se um Município, por si, decidir prestar determinados serviços à população na área da saúde, pode fazê-lo. Um protocolo de delegação de competências é pressuposto que a delegação de competências tenha essa competência, que possa delegá-la nas freguesias e compreendemos aquilo que foi a resposta que foi dada pela CCDR nesse ponto. Portanto, para que fique claro, nós não temos a menor dúvida quanto à legalidade de uma autarquia, por si, prestar serviços à sua população e exigir-se que o Município delegue na Freguesia, já está a extravasar aquilo que são as competências próprias que cada autarquia tem e, para isso, era preciso ter um suporte legal que, neste momento, não nos parece que esteja totalmente sólido. Ficaria, para já, com estas duas notas que consideramos importantes para aquilo que é a vida do concelho e voltaremos ao tema da saúde quando chegarmos a esse ponto da ordem de trabalhos porque temos um importantíssimo documento que irá ser discutido, ainda hoje, que é o plano de saúde. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, António Monteiro. Jorge Graça, tem a palavra.-----

Jorge Graça – Muito obrigado, senhor Presidente, a quem aproveito para cumprimentar. Cumprimento, também, os senhores secretários da Mesa, o senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, funcionários da autarquia, comunicação social aqui presente e público em geral. Indo de encontro àquilo que o meu colega João Oliveira pediu, vou tentar ser o mais simples possível e queria apenas aproveitar a oportunidade para pedir alguns esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara. Começo pelo primeiro assunto que é a estrada das Arcas, na freguesia de Talhadas. O início estava previsto para 10 de novembro de 2022. O prazo de execução era de noventa dias e, neste momento, segundo a informação do senhor Presidente, que me vou ilibar de comentar, o estado de execução, neste momento, é de 28%. Na última sessão da Assembleia Municipal, foi-nos dito que a obra tinha sido suspensa, e eu tenho conhecimento disso, a pedido da Junta de Freguesia de Talhadas, por causa da colocação de uma conduta de água. Mas, nessa sessão da assembleia, foi também

nos comunicado que a Junta de Freguesia, penso que uma semana ou duas antes, já tinha dado a indicação de que a sua obra estava concluída, portanto, pelos vistos, a obra podia arrancar. A pergunta é muito simples – uma vez que preocupa muito, inclusive nessa última sessão da assembleia esteve presente um habitante das Arcas que também questionou isso, as pessoas começam a ser muito penalizadas, já vai a caminho de um ano e meio, e eu queria saber, senhor Presidente, quando é que está previsto recomeçar e quando prevê que esteja concluída esta obra. O segundo assunto é um ofício que estava na correspondência, que foi aqui referido, que é um ofício que a AdRA, através de e-mail, mandou às juntas de freguesia de Rocas, Talhadas e Couto de Esteves relativo ao artigo 78º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto. Em 2010, ou 2011, eu estava na Assembleia de Freguesia de Talhadas e fomos colocados perante a passagem de competências da distribuição da água com base neste Decreto-Lei e que tinha no artigo 78º duas alíneas que vou passar a ler muito rapidamente: *“os municípios devem assegurar a progressiva extinção das situações de prestação do serviço de águas e resíduos por freguesias ou associações de utilizadores num prazo máximo de cinco anos a partir da entrada em vigor do presente decreto-lei”*. No ponto 2 dizia *“Até à regularização prevista no número anterior, as entidades titulares devem inventariar e comunicar anualmente à entidade reguladora as situações ainda existentes nos respetivos territórios, devendo as juntas de freguesias e as associações de utilizadores aplicar aos utilizadores finais tarifários idênticos aos aprovados para o município respetivo”*. Foi com base neste Decreto-Lei que referi, n.º 194/2009, com base no artigo 78º, nestas duas alíneas, que eu votei favoravelmente na delegação de competências à Câmara Municipal que, por sua vez, delegaria competências à AdRA, para o funcionamento desse serviço. Que fique isto bem claro. A verdade é que sei que não foi isso que aconteceu nalgumas freguesias, nomeadamente em Talhadas, não interessa estar agora a discutir isto, e o que me interessa saber é, com base nesta alteração e nesta introdução do n.º 3, do artigo 78º, que reza assim: *“Nos casos em que não tenha ocorrido transferência do serviço por parte de freguesias ou associações de utilizadores no prazo definido no n.º 1, as respetivas infraestruturas transferem-se, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024, para a entidade gestora designada pelo município para a gestão do serviço no respetivo território, mediante o pagamento de indemnização calculada em função do respetivo valor líquido contabilístico”*. A pergunta muito direta é: o que é que isto, efetivamente, quer dizer, o que é que, ao fim ao cabo, neste momento, uma vez que já havia a lei e ela não foi cumprida no prazo de cinco anos, esta data que está aqui de 01 de janeiro de 2024 tem alguma efetividade ou as coisas não têm nenhuma alteração? Passando ao ponto três que eu queria falar, em relação à saúde, eu não sou jurista, portanto, também não me vou meter muito por aqui, mas já tivemos aqui a opinião de dois juristas, o senhor Presidente da Mesa disse que, ao fim e ao cabo, a contratação era ilegal, segundo parecer da CCDR e o deputado António Carlos Monteiro, que me antecedeu, tem uma opinião exatamente diversa. Já agora, só dois dados, ou três, que eu ouvi num programa através da rádio nos últimos dois dias, sabem que Portugal, por cada 100 000 habitantes tem 563 médicos, Alemanha 462, a França 316. Portanto, nós não temos falta de médicos. O problema é que temos 80% dos médicos no serviço privado. Não há falta de médicos. Eles estão é mal distribuídos. Mas, a pergunta que eu quero fazer ao senhor Presidente da Câmara é o seguinte: ao fim e ao cabo, a ser verdade, e uma vez que as juntas de freguesia que estavam a tentar contratar médicos era no sentido de melhor servir a população e isso eu estou de acordo. Também concordamos todos que não é, efetivamente, a melhor solução, até pelas limitações que os serviços têm, mas sendo isso ilegal, de acordo com aquilo alegadamente a CCDR diz que é ilegal, de acordo com esse parecer, e também sobrescrito pelo SNS, o que é que a Câmara Municipal pensa fazer em termos de resolver os problemas que já temos referido nas últimas assembleias, que são caóticos em termos de saúde em Sever do Vouga. Qual é a solução? Segundo interpretei, eu li muito ao revés os pareceres, mas parece que a Câmara pode contratar médicos desde que tenha autorização

do Serviço Nacional de Saúde. As juntas é que penso que não. Foi isso que eu entendi da leitura que fiz. Queria saber o que é que a Câmara Municipal tem para nos dizer em relação à melhoria do Serviço Nacional de Saúde de Sever do Vouga. Uma última questão que eu queria colocar, muito direta, que é o seguinte: na leitura da informação escrita do senhor Presidente, refere lá o novo centro de saúde, para qual estão disponíveis, entre aspas, através de um projeto, € 500 000,00. Segundo o meu entendimento e o meu conhecimento, esse novo centro de saúde estava previsto para Talhadas. Na sua informação escrita não refere o centro de saúde de Talhadas, refere o novo centro de saúde e eu queria saber se há aqui algum risco de Talhadas ficar sem esse centro de saúde e, se sim, porquê. Até porque eu sei de alguma divergência em termos do local onde esse centro de saúde pretendia ser instalado, mas também sei que o local inicial, segundo uma deliberação da Assembleia de Freguesia de Talhadas, foi deliberado que a Junta cedesse o local pretendido para o efeito em primeira instância. Gostava de saber qual é o ponto de situação. Era só. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Presumo que este último ponto já tenha a ver com a informação escrita. António Dias, tem a palavra.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Cumprimento, senhor Presidente, na sua pessoa, à Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da assembleia, senhores presidentes de Junta, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores. Respondendo, aqui, ao senhor Jorge Graça, não me vou pronunciar muito sobre o assunto da água, portanto, eu peço ao senhor Jorge Graça se tem tanta vontade de entregar a água à AdRA, candidata-se à Junta de Freguesia de Talhadas, ganha as eleições e, depois, entrega a água. Enquanto eu for Presidente, tudo farei para manter a água na freguesia de Talhadas. Portanto, senhor Jorge Graça, é preciso primeiro que a Câmara, ou a AdRA, tenha dinheiro para pagar a água. Ponto número um. Não sei se têm. Se calhar já apareceram os € 2 000 000,00 que andavam aí fugidos, que ninguém sabia onde é que estavam. Esse é o ponto número um. Ponto número dois - é difícil expropriar-se uma Junta de Freguesia, presumo eu. Não é fácil. Ponto número três - que eu saiba, o investimento foi feito pela Junta, não foi feito pela Câmara. portanto, a água é da Junta de Freguesia de Talhadas. Eventualmente, o que a lei geral diz, eu aconselho o senhor Jorge Graça a ler a lei geral, a lei geral diz que as juntas têm o abastecimento público e eu julgo que a água se incorpore no abastecimento público. Claro que houve aí um Decreto-Lei, saído agora em agosto do ano passado, que vem dar um pouco de esperança à AdRA e a alguns defensores políticos. Mas, que eu saiba, ainda há uma lei geral e não sou a única freguesia nem serei e posso lhe dizer que estamos a trabalhar para que a água se mantenha. Agora, se pagarem o justo valor é o que sempre defendi. Se pagarem o valor que a Junta tem contabilístico, vamos ver. Senhor Presidente da Assembleia, ainda bem que este assunto surgiu e é para si. Quero que peça ao senhor Presidente da Câmara um esclarecimento.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor António Dias, eu tenho tolerado, e o senhor sabe que até me dou bem consigo, somos amigos, mas o senhor, numa assembleia municipal, até para seu bem, deve dirigir-se à Mesa noutros modos. Não é “*eu quero*”. Fica mal. O senhor sabe que, comigo, pode tratar-me por tu, não tem problema nenhum. Mas “*eu peço*”, ou “*requero*” isto ou aquilo porque uma Assembleia Municipal é uma Assembleia Municipal e devemos todos tratar-nos com dignidade, com urbanidade, para que isto corra bem e não estarmos aqui a aguerrear-nos uns com os outros. É só um apelo que lhe faço.-----

António Dias – Compreendo, senhor Presidente. Senhor Presidente, eu peço ao senhor Presidente da Assembleia que apresente um requerimento.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Vai apresentar por escrito?-----

António Dias – Não. É verbal.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Vamos, então, combinar já isto. -----

António Dias – Eu envio, depois, e-mail.-----

Presidente da Assembleia Municipal – É isso mesmo. Eu vou dizer-lhe porquê. Já agora, permita-me este esclarecimento. Nós temos tido, na Mesa, alguma dificuldade em filtrar os seus requerimentos porque o senhor, às vezes, pede uma coisa no princípio, depois pede outra parecida no fim e, sinceramente, cria alguma dificuldade. Portanto, para o bem de todos, nomeadamente a sua pessoa, eu pedia-lhe que, não precisa de ser agora, depois manda-me, o requerimento preciso do que pretende por escrito e depois terá resposta.-----

António Dias – Mas, eu digo já aquilo que eu pretendo. Senhor Presidente, eu pretendo que o senhor Presidente solicite ao senhor Presidente da Câmara Municipal as avaliações contabilísticas líquidas das entregas da água pelo Município à AdRA. Antes disso, qual foi o valor contabilístico líquido da entrega da água das freguesias à Câmara e, posteriormente, à AdRA. Senhor Presidente, deixando o assunto da água, uma vez que é um assunto da Junta de Freguesia, não é um assunto daqui, alguém falou nele e, por isso, tive que usar da palavra, mas agora, senhor Presidente, eu pedi, solicitei, aqui nesta assembleia, e o senhor Presidente até pediu uma primeira e segunda vez, para eu repetir, e ainda não me foram facultadas as contas correntes de fundos disponíveis do atual mandato. Pergunto se houve algum problema com essa documentação que foi aqui solicitada na última assembleia e ainda não as tive.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Posso responder já. Ainda ontem tive a oportunidade de solicitar aos serviços esses documentos. Não estão esquecidos. Foi-me dito que estão a recolher e que, logo que possam, como compreende, há coisas que me ultrapassam e os serviços também não têm a disponibilidade toda e o tempo que a gente pretende e que achamos que é o mais oportuno, mas tive esse cuidado ontem. Oportunamente, ser-lhe-á enviado.-----

António Dias – Senhor Presidente, também solicitei, a requerimento, os protocolos de investimento das freguesias e respetivos relatórios.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Também está no mesmo ponto.-----

António Dias – Isto já foi há algum tempo, por isso agradecia que me fossem facultados e, ao mesmo tempo, sejam facultados aos membros.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não está esquecido.-----

António Dias – Senhor Presidente, nas últimas assembleias, salvo erro, em Silva Escura e nos paços do concelho em Sever do Vouga, abordei a situação das estradas. Eu presumo que o atual executivo ainda não pintou uma única estrada. Eu falo da minha freguesia, mas presumo que seja transversal a todas. No centro de Talhadas, tem havido lá situações de travagens devido à falta de marcações nas estradas e eu agradecia que fosse aqui esclarecido, pelo senhor Presidente da Câmara, quando é que essas situações serão reparadas, uma vez que Talhadas tem muito nevoeiro e, um dia destes, vai lá haver uma tragédia. Também, senhor Presidente, gostava de saber do senhor Presidente da Câmara quando está previsto o tal regulamento dos madeireiros. Talhadas é uma freguesia com bastante madeira, uma área bastante silvícola, e ainda não está, pelo menos não vi, o regulamento dos madeireiros. Fico contente por estar aí hoje o regulamento dos javalis, mas dos madeireiros ainda não. Era só, senhor Presidente. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, senhor António Dias. Diana Paiva, tem a palavra.-----

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Todos os senhores membros tiveram conhecimento do parecer proferido pela CCDD Centro. O mesmo é claro e cristalino quanto a afirmar que os municípios não têm qualquer competência na área de prestação de cuidados saúde primários, ou seja, na contratação de clínicos para esse efeito. Não tendo qualquer competência nesta matéria tudo quanto é feito para contratação de clínicos, sem qualquer acordo com a entidade competente, é ilegal com todas as consequências que daí advêm. Foi pretendido invocar o

artigo 7º n.º 2 e) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, como sendo base legal para essa contratação. Meus senhores, é preciso saber interpretar a lei. No espírito da lei nunca foi pretendido atribuir qualquer competência de prestação de cuidados de saúde primários a estes órgãos autárquicos. Lendo a lei não vemos essa competência. Não podemos nem devemos confundir atribuições com competências é que estas últimas os municípios e as freguesias não as têm. Não as tendo e estarem-se a imiscuir em assuntos onde não têm qualquer competência é estar a praticar atos ilegais. Como todos sabemos, os municípios e as freguesias regem-se pelo princípio da legalidade, em que só podem fazer o que está expressamente previsto na lei. Por outro lado, parece claro que, esta medida ilegal, também não resolveu a questão de fundo dos utentes de saúde nas freguesias de Couto Esteves e Talhadas, e, muito honestamente, essa é que deveria ter sido a primeira preocupação com o dispêndio de dinheiros públicos. Pelo que, este parecer, que, como vimos, não foi o primeiro sobre esta matéria, encerra esta discussão da ilegalidade da medida. Já agora, gostaríamos que os senhores presidentes partilhassem este parecer com a Assembleia de Freguesia, pois que nós, Assembleia Municipal, não temos competência para fiscalizar a atuação do executivo da Junta, mas aquela tem. A título de curiosidade, como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Talhadas tem sido pródigo em requerimentos e pedidos de esclarecimentos para remessa ao Ministério Público achamos por bem que o Sr. Membro António Dias remeta este parecer ao Ministério Público para aferir da legalidade ou ilegalidade da sua atuação. De resto, como disse, consideramos este assunto encerrado. Queremos dizer aqui que vimos com muita preocupação a decisão da APA em condenar o Município numa coima única de cinquenta e cinco mil euros por ter cometido três infrações na zona de fruição do Couto Esteves. Parece impossível que um Município que é também uma entidade licenciadora de obras, possa ter executado obras sem qualquer licenciamento. Temos conhecimento que esta atrocidade foi cometida nos mandatos anteriores, mas agora temos uma confirmação de mais uma ilegalidade, já sabemos de várias obras iniciadas sem qualquer documento, mas esta tem consequências gravíssimas para o Município. Vamos ver como corre o recurso da decisão. Apesar de constar da informação escrita do senhor Presidente também vimos com a mesma preocupação a ação do construtor do novo centro escolar com pedido de revisão de preços no valor de setenta mil euros, algo que nos tinha sido transmitido, no mandato anterior, que não viria a suceder apesar dos incumprimentos daquele nos prazos de execução da obra com adiamentos gratuitos do prazo apesar dos incumprimentos. Temos aqui mais uma demonstração da negligência com que se trataram dossiers no executivo anterior. Temos que correr agora atrás do prejuízo. Obrigada.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigada, Diana Paiva. Jorge Graça, tem a palavra.-----

Jorge Graça – Muito obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, sintam-se cumprimentados todos na sua pessoa. Eu, que me lembre, penso que não questionei o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Talhadas. Questionei ao senhor Presidente da Câmara um esclarecimento sobre três ofícios para três juntas de freguesia. E, também, queria esclarecer que se, de algum modo, entenderam que eu defendi aqui a entrega da água à AdRA, eu penso que não fiz essa alocação. Penso que é uma ideia que está na cabeça do senhor Presidente da Junta de Talhadas que eu defendo isso. É só para esclarecer que não defendo nada. Pago o serviço de saneamento à AdRA e pago a água à Junta. Não sou dos que me atraso no pagamento da fatura e continuarei a fazê-lo enquanto assim for, aliás, como já referi na minha intervenção, tenho dúvidas que as leis, uma lei de 2009, que estamos em 2024, ainda não foi aplicada, também tenho dúvidas que ela continue e que possa vir a ser aplicada. Primeiro ponto, e era o que eu queria esclarecer, não defendo a entrega de águas a ninguém. Façam a gestão que quiserem e confio nas pessoas que estão a gerir os serviços. Segunda questão, senhor Presidente da Junta de Talhadas, como sabe, já tive vários convites para ser candidato à Junta de Freguesia de Talhadas e até outros cargos executivos. Nunca o aceitei. Fique descansado. Não faz a

minha pretensão aceitar nos próximos tempos. A minha vida não me permitirá. Não é o meu objetivo. Aliás, o meu objetivo até posso partilhar aqui, se calhar é mesmo abandonar as lides partidárias porque também já estou um bocado cansado. Portanto, fique descansado porque não me terá como concorrente, de certeza absoluta. Mas, também lhe quero dizer, partilhando aqui um bocadinho, ao fim e ao cabo, a achega que o senhor Presidente da Mesa deu, se fosse Presidente da Junta de Talhadas com certeza a minha forma e o meu estilo seriam diferentes do seu. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, Jorge Graça. Sérgio Silva, tem a palavra.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Eu, relativamente à legalidade, ou não, desta questão da saúde, vou-me abster de comentar porque já tivemos aqui três juristas que já explicaram muito bem e, para bom entendedor, meia palavra basta. Restrinjo-me à parte política e quero dizer que o senhor Presidente da Câmara diz, por exemplo, na comunicação escrita, que *“ainda que a saúde não seja uma competência da autarquia”*. Este executivo é um bocado como o Pedro Nuno Santos que diz uma coisa e, no dia seguinte, consegue dizer o seu contrário. Mas, num dos pareceres que pediu à CCDR, nas apreciações, penso que de algum jurista da Câmara Municipal, diz aqui no ponto 12 *“os municípios podem, mediante celebração de protocolos, ou contrato interadministrativo com a Administração Central, alargar, complementar a oferta de cuidados de saúde de forma articulada e em defesa do superior interesse público”*. Extraordinário. E foi isto que os senhores fizeram. Tanto é que fizeram que, nas Talhadas, contrataram um médico através do Serviço Nacional de Saúde, contratado pela Câmara Municipal e pago a € 3 500,00, por mês, e ele está lá a ser pago e contratado pela Câmara. Então, mas a pergunta é: a Câmara tem ou não tem competência na saúde? Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, Sérgio Silva. Não tenho mais intervenções. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra se entender.-----

Presidente da Câmara Municipal – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimas senhoras vereadoras e senhores vereadores, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, excelentíssimas senhoras presidentes de Junta e senhores presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores. Neste arranque do ano, em assembleias municipais, as minhas primeiras palavras são de agradecimento para a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sever do Vouga que tão gentilmente nos recebeu aqui na Senhorinha e, naturalmente, ao senhor Joaquim, na sua pessoa cumprimentar todos os sócios da Associação Senhorinhense e agradecer ter-nos recebido cá. É sempre bom poder estar convosco no início de um novo ano, que espero seja de consensos e de melhoria da qualidade de vida dos severenses e dos que escolhem Sever do Vouga para investir, para trabalhar, para visitar, até para provar iguarias. Permitam-me, neste momento, dedicar algum do vosso tempo a acontecimentos verdadeiramente importantes, a acontecimentos internacionais que, dada a sua gravidade, não podemos deixar passar incólumes. Com efeito, assinalaremos amanhã os dois anos desde a invasão da Rússia à Ucrânia. Uma guerra, na Europa, com dois anos de duração, milhares de mortes, milhões de deslocados. Uma guerra que mudou o mundo. Uma guerra que nos fez recordar os perigos das ditaduras. Em 16 de fevereiro de 2024, o mundo ficou a saber da morte de Alexei Navalny, mais uma vítima do regime russo. Alexei Navalny foi um homem de causas, um homem de bem e um lutador. Merece a nossa homenagem e o nosso respeito. No próximo mês de abril, iremos assinalar os cinquenta anos do 25 de Abril no nosso país, e esperemos que todos consigamos valorizar o verdadeiro sentido na palavra liberdade. Em 7 de outubro de 2023, iniciou-se a guerra entre Israel e o Hamas e, mais uma vez, assistimos a atos de violência e de falta de humanidade. Certamente, podemos todos dar o nosso contributo para que a humanidade possa conseguir superar estes e outros conflitos, até alguns aqui nas assembleias municipais, colocando sempre as pessoas em primeiro lugar. Procurando responder a algumas das questões aqui colocadas, João Oliveira, entradas da vila, tem toda a razão, já lhe tinha dito isto. Os mirtilos não são,

efetivamente, as plantas mais adequadas para ali estarem, sobretudo pela questão da rega, e está previsto haver um embelezamento daquele espaço. As rotundas da entrada da vila, pessoalmente, não desgosto assim tanto das rotundas. Foi o anterior executivo que as fez, mas eu confesso que não desgosto. Mas, tenho ouvido tantos comentários, até de pessoas próximas, que dizem que aquilo não está bem, que nós vamos ter que alterar. Sobre as acácias na estrada da Ermida, a Câmara Municipal tem procedido a uma limpeza, de grande escala, na EN 16, na estrada da Ermida, desde Couto de Esteves até à ponte de Pessegueiro. Ainda não chegámos à ponte de Pessegueiro, mas aquelas infestantes, e como as víamos, têm desaparecido. Espero que, nas próximas semanas, fique finalmente resolvido, assim como noutros pontos da vila, nomeadamente na entrada norte da vila, iremos proceder à limpeza dessas acácias. Quanto às acácias na EN 16, tem existido um combate incessante com estas acácias e iremos proceder a mais uma limpeza este ano depois da limpeza que fizemos. As coisas estão bastante melhores, mas é muito difícil combater estas infestantes. António Carlos Monteiro, nós temos tido um aumento exponencial de pedidos de licenciamento e de pedidos de legalização. Detetamos que há centenas de casos em Sever do Vouga que não têm licença de utilização e, de facto, neste executivo, temos tido um imenso trabalho com esses processos, alguns com décadas. E, no que diz respeito ao Decreto-Lei n.º 10/2024, foi constituído um grupo de trabalho para implementar as medidas e já existiu uma ação de formação tendo em conta o conhecimento pleno do atual Decreto-Lei. Recebemos, quase todos os dias, esclarecimentos sobre esta legislação. Aliás, ainda esta semana a Associação Nacional de Municípios Portugueses enviou uma nota e esperamos que isto venha, aliás, eu não tenho grandes expectativas relativamente a isto e isto, numa primeira fase, vai parecer tudo muito mais fácil e quem vier a seguir é que vai fechar a porta, como é costume, porque o que vai originar é uma série de, como disse, e bem, para a compra de um imóvel deixa de ser obrigatória a licença de utilização, para o arrendamento mantém-se a licença de utilização, há bancos que continuam a exigir a licença de utilização. Poderá parecer mais fácil, mas a verdade é que, para a Câmara Municipal, mais cedo ou mais tarde terá que fazer o licenciamento e a legalização das coisas e é com algum receio que vemos este facilitismo grande, mas vamos ter esperança que as coisas avancem. Relativamente aos médicos, eu não me vou pronunciar. Foi feito um pedido de parecer, da parte da Câmara Municipal, na sequência de um pedido que o senhor António Dias fez na última assembleia municipal. Alguém fez um pedido de parecer e foi nessa sequência. A Câmara Municipal só está aqui para ajudar, portanto, fez o pedido de parecer.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Só para esclarecer, foi o Presidente da Junta de Freguesia de Couto de Esteves.-----

Presidente da Câmara Municipal – Peço imensa desculpa. Alguém fez um pedido de parecer na última assembleia municipal e foi na sequência desse pedido que foi feito o pedido de parecer. Parece-me que existem aqui, ainda, uma série de dúvidas. Eu confesso que não estou muito preocupado. Não sou jurista e não quero alimentar isto. A nossa preocupação é que as pessoas tenham direito a um sistema nacional de saúde que funcione, que as pessoas tenham acesso a um médico de medicina geral e familiar. É com enorme satisfação que temos mais um médico no nosso centro de saúde, fruto do trabalho que fizemos proativo. Embora não sendo competência da Câmara Municipal, é evidente que nós, na medida das nossas possibilidades daquilo que a lei nos permite, temos sempre feito um papel proativo e esperamos, e as promessas que temos é de que possa vir a ser resolvida uma questão que está em todo o país, mas esperamos que, pelo menos, venha a ser diminuído aqui no nosso concelho. Só para esclarecer, quanto à questão do médico que o senhor Sérgio Silva fala, a Câmara não tem competência própria, por isso é que estabeleceu um acordo, na altura, com a autoridade reguladora da saúde do centro para apoio à contratação de um médico aposentado que veio para o centro de saúde de Sever do Vouga. O centro de saúde de Sever do Vouga entendeu colocá-lo na extensão de saúde de Talhadas, o que permitiu também que os médicos que estavam no centro de saúde de Sever

do Vouga ficassem mais livres para receber os restantes utentes. Felizmente, neste momento, também já temos um novo médico, como referi. A nossa estratégia, a nível de saúde, nós explicamo-la na última assembleia municipal, portanto, dentro das competências da Câmara Municipal, que são os edifícios, nós garantimos, no âmbito do PRR, a reabilitação e ampliação do centro de saúde de Sever do Vouga, garantimos uma extensão de saúde que esperamos que seja em Talhadas porque foi assim que foi, juntamente com as entidades que foi negociado, mas dado os boicotes que tem havido da parte da Junta de Freguesia, claramente não querem investimentos da Câmara Municipal em Talhadas, teremos que ver se será lá feito. Tenho a certeza que os restantes presidentes de Junta estão absolutamente disponíveis para receber uma extensão de saúde. Não percebo porque é que Talhadas, o senhor Presidente, não quer lá uma extensão de saúde. Ouvei falar, efetivamente, que na Assembleia de Freguesia foi votada uma deliberação. A verdade é que o senhor Presidente da Junta nunca nos informou, portanto, não sei se nos vai informar ou se não nos vai informar. Senhor membro da Assembleia Municipal, Jorge Graça, estrada das Arcas, sabe que, na vida, as coisas não são, quem ocupa cargos percebe que, dificilmente, pode levantar a voz e dizer “*eu quero*” e a verdade é que, no caso da estrada das Arcas, por várias vezes, a Junta de Freguesia comunicou à Câmara Municipal que ia fazer obras e disse “*vou fazer obras neste dia, as obras terminam em tal dia*” e, de cada vez que diziam isto, eu ligava para o empreiteiro e dizia “*preparem-se que em tal dia é para vir*”. Foram tantas as vezes que nós ouvimos isto que, quando recebemos um e-mail em dezembro de 2023 a dizer que as obras da Junta de Freguesia de Talhadas tinham terminado, eu nem acreditei e desloquei-me ao local e aquilo que eu pude ver é que estavam longe de estar terminadas. A estrada estava pronta para ser pavimentada em março de 2023. A Junta de Freguesia pediu uma suspensão total da obra, que nós recusamos. Para a passagem de uma conduta bastaria uma suspensão parcial. A Junta iniciou a obra e a verdade é que causou imensos estragos naquilo que estava feito, de tal forma que o empreiteiro agora nos vem pedir mil vinte e tal mil euros para repor a estrada conforme a Junta a encontrou em março de 2023. Foi mais um boicote do senhor Presidente, António Dias, em investimentos da Câmara Municipal sendo que ele, propositadamente, na minha opinião, fez perder uma candidatura que retirou centenas de milhares de euros da freguesia de Talhadas. Quem não quer investimentos da Câmara mais vale assumir e a Câmara faz as coisas por sua conta e risco. Agora, acho que este espírito não deveria ser assim. Aliás, o nosso espírito tem sido sempre de entreatajuda e também estranho, agora, os senhores presidentes de Junta que andavam tão amigos das outras juntas de freguesia agora querem perceber o que é que as outras juntas de freguesia assinam uns com os outros. Então, vocês já não falam uns com os outros? É isso que se passa? Eu não percebo isso. Quanto à AdRa, nem sequer vou falar da AdRA. A lei saiu, a lei é clara. O que a lei estipula é que, desde o dia 01 de janeiro de 2024 as juntas de freguesia e, já agora, as associações de moradores, não podem ser entidades gestoras da água, mas isso é um assunto para o senhor Presidente da Junta resolver com a AdRA, com o tribunal, com quem ele quiser. Ele gosta muito de andar sempre nessas coisas dos tribunais, ele que faça o que entender. Só queria dizer que lamento porque, se fosse a AdRA a abrir a conduta, por exemplo, na estrada das Arcas, através já do protocolo que nós celebramos com ele, a AdRA dá dois metros de tapete por cada metro linear e com o dinheiro que a AdRA nos daria da abertura daquela vala, certamente, poderíamos ter pavimentado a estrada de Vide que o senhor António Dias tanto fala e assim, não só não podemos pavimentar a estrada de Vide como ainda vamos ter de gastar mais umas dezenas de milhares de euros a repor a estrada que ele estragou. Respondendo agora ao senhor Sérgio Silva, fizemos um acordo com os médicos. Ao senhor António Dias, regulamento dos madeireiros, o senhor António Dias tem que estar mais atento porque eu disse-lhe, na última assembleia municipal, que a conta corrente dos fundos disponíveis está disponível nas atas da Câmara Municipal, portanto, o senhor só de consultar as atas e verificar a conta corrente dos fundos disponíveis que lá estão. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

os funcionários da Câmara Municipal não são empregados do senhor António Dias, portanto, se ele quiser saber a conta corrente dos fundos disponíveis, ele pode consultar, como qualquer Presidente, nas atas do Município, a conta corrente dos fundos disponíveis. Nós temos muito que fazer na Câmara Municipal e escusamos de andar a perder tempo com estas coisas. Relativamente ao regulamento dos madeireiros, já cá veio. Sei que o senhor está muito pouco atento àquilo que a gente lhe manda, eu sei que o senhor pede vinte vezes a mesma coisa, mas o regulamento dos madeireiros já veio cá na última assembleia municipal. O senhor já o votou, até votou favoravelmente. Talvez se o senhor perder um bocadinho de tempo a ler os decretos-leis, as leis. Espero que tenha gostado do regulamento. Vem, de facto, ao encontro das suas próprias sugestões. Penso ter respondido à maior parte das questões. Não sei se há mais alguma questão. Foi no regulamento de trânsito, senhor António Dias, consta lá uma parte sobre o regulamento dos madeireiros. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, senhor Presidente.-----

António Dias pediu para fazer novamente o uso da palavra, tendo o Presidente da Assembleia Municipal autorizado.-----

António Dias – Senhor Presidente, obrigado por me ter concedido a palavra. Faço aqui a minha defesa da honra.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Já agora, desculpe só interromper. Sérgio Silva, tinha a razão para repor a verdade. Eu estive a consultar os apontamentos e, de facto, foi o senhor António Dias, na última assembleia, que pediu um esclarecimento escrito sobre a legalidade a nível da saúde. Prossiga.-----

António Dias – Senhor Presidente, primeiro, estrada das Arcas. A Junta trabalhou sempre do lado direito. A estrada está degradada do outro lado. Portanto, foi da água da chuva. Aconselho o senhor Presidente da Câmara a ir lá ver. Claro que do lado da ribanceira, portanto, do lado de Sever do Vouga, há sítios onde a água também já estragou e já foi reposta. Possivelmente, com esta chuva, pode ter estragado mais alguma coisa, mas é como vos digo. Vão lá ver. A Junta, praticamente, não mexeu no *tout-venant*. Está lá à vista. Aconselho o senhor Presidente da Câmara a ir lá ver. Segundo, senhor Presidente, eu fico estupefacto, houve um documento que, eventualmente, o PSD de Sever do Vouga, que foi entregue na Assembleia de Freguesia de Talhadas, onde eu e as minhas colegas do executivo nunca vimos nada daquilo, portanto, nunca nos foi fornecido. Estão lá possíveis candidaturas. Desculpe, eu não tenho a documentação. Eu e as minhas colegas estamos à espera para enviar para...-----

Presidente da Assembleia Municipal – Vamos ter calma. O senhor usa da palavra para defesa da honra nos temas que considerou e, a seguir, darei a palavra ao senhor Presidente da Câmara se ele achar que tem alguma explicação para lhe dar.-----

António Dias – Senhor Presidente da Câmara, eu estive calado quando o senhor falou, portanto, agradeço que tenha respeito por mim. O senhor, se tem alguma perseguição contra mim, força. Senhor Presidente da Assembleia, falando da extensão de saúde, tive uma reunião com o senhor Presidente e ainda estou à espera da documentação que foi solicitada. Eu fui ao jurista da Junta de Freguesia e o que ele disse foi aguardem pela documentação. Até hoje, não recebemos nada. Nada. Portanto, o senhor é que mostre aí o que tem que enviou à Junta de Freguesia de Talhadas porque nós não temos nada neste momento. Temos uma pretensão verbal. Desculpe, a Junta não trabalha com pretensões verbais, trabalha com pretensões escritas. Depois, também, senhor Presidente, regulamento de madeireiros, eu pergunto...-----

Presidente da Assembleia Municipal – Isso já não entra na defesa da honra.-----

António Dias – Já foi publicado em Diário da República? Eu vou enviar por e-mail para que me seja facultada, mais uma vez, a documentação que enviaram para a Junta, sobre a extensão de saúde de Talhadas. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente da Câmara, tem mais alguma explicação a acrescentar em relação à intervenção do senhor António Dias?-----

Presidente da Câmara Municipal – É muito rápido, até porque julgo que os outros pontos serão relativamente rápidos. Eu não sei qual é o seu lado direito e qual é o seu lado esquerdo, se é a subir, se é a descer, portanto, o senhor deu cabo da estrada toda e deu cabo da estrada toda quando enviou um e-mail a dizer que as obras estavam concluídas em maio e depois as obras não estavam concluídas em maio. Nós temos dezenas de e-mails trocados, portanto, o senhor, lamentavelmente, continua a faltar à verdade, que não existe outro termo. A verdade é que a conta será enviada para a Junta de Freguesia e o senhor que é tão legalista, tem juristas na Junta, a maior parte das juntas nem tem juristas, depois o assunto resolver-se-á noutras instâncias, seguramente, porque eu não estou preocupado, sequer, consigo. Estou, efetivamente, preocupado com a malta que mora nas Arcas, com os Talhadenses, com todos aqueles que percorrem aquela estrada e que, por sua causa, têm de enfrentar aquelas circunstâncias todas. Relativamente à extensão de saúde de Talhadas, o senhor António Dias chegou, à revelia da Câmara Municipal, a mandar e-mails aos arquitetos do Ministério da Saúde a sugerir localizações alternativas. Nós, quando fomos juntamente com as entidades da autoridade reguladora da saúde e do Ministério da Saúde, que visitaram diversos pontos, aquele sítio foi escolhido e nós falamos com os baldios porque pensávamos ser dos baldios e eu, na minha modesta opinião, acho que é dos baldios. O senhor é que, agora, tenta dizer que não é. Eu acho estranho um terreno que está alugado a uma empresa de transportes, que paga renda aos baldios, há uns anos, e só agora é que o senhor se lembra que o terreno não é dos baldios e é da Junta. E que fosse da Junta, uma Junta de Freguesia não quer uma extensão de saúde na sua freguesia que resolveria os problemas dos seus fregueses, que resolveria os problemas dos fregueses das outras freguesias, era uma mais-valia para todo o concelho. O senhor não quer, é um problema seu.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Faça o favor de concluir, senhor Presidente.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito rápido, até porque já como disse, não me vou alongar muito mais nas outras intervenções. Vamos ver, senhor membro da Assembleia Municipal, Jorge Graça, onde é que se vai fazer. agora, relativamente a isto, não posso fazer mais nada. Nós temos feito de tudo, trazer investimentos, eu nem falo da zona industrial que, graças a Deus vai-se agora resolver após os boicotes todos que o senhor que o Presidente da Junta. Já agora, que investimentos é que o senhor tem para lá? Zero.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não vai haver diálogo.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Está concluída a intervenção. Resta esperar pela conclusão da estrada das Arcas que, efetivamente, foram as boas palavras que foram ditas e espero que rapidamente esteja concluída. Terminado este período de antes da ordem do dia, e antes de entrar nos pontos da ordem do dia propriamente ditos, foi solicitado um aditamento à ordem do dia, pelo senhor Presidente da Câmara, devem ter recebido o ofício que eu mandei que vos fosse comunicado dada a urgência do mesmo, que tem a ver com a Estratégia Local de Habitação em Sever do Vouga. Nós já discutimos isto previamente, na conferência de líderes. Sobre esta proposta de aditamento, questiono se alguém se quer pronunciar. Vamos, então, votar o aditamento do ponto 3.13 à ordem de trabalhos, com o tema Revisão da Estratégia Local de Habitação. Aprovado por unanimidade.-----

----- **3 – Período da Ordem do Dia** -----

3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal: - O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. O período sobre o qual incide esta informação escrita fica marcado pelo término de um ano e o início de um novo ano. Não se trata de uma mudança de ciclo, mas de um reforço da continuidade dos projetos iniciados. Estou ciente de que, qualquer um de vós, após leitura da informação escrita ficou a par do trabalho desenvolvido pelos nossos serviços neste período. Pese embora a informação escrita contenha todos os elementos necessários, gostaria de destacar: Vivemos, atualmente, inebriados pelos debates políticos, estratégias ambíguas da

governança central, mas não podemos distanciar-nos do que realmente importa: as pessoas. Como decisores das políticas locais, é nossa responsabilidade garantir que cada pessoa deste concelho, conta. Por isso, encetamos esforços para nos aproximarmos da realidade dos severenses: habitação, saúde, educação, cultura, emprego e acessibilidades. A campanha de Natal foi um sucesso junto do comércio local, sendo muito gratificante verificar a adesão dos comerciantes e dos severenses a esta iniciativa. Garantimos através da Estratégia Local de Habitação o montante de cerca de quatro milhões de euros que permitirão: a reabilitação dos 19 apartamentos do Bairro Social da Bela Vista, a reabilitação de 6 estabelecimentos de ensino que se encontravam desativados, a recuperação de várias casas pelo concelho e a construção de 9 habitações de tipologia T1 na União de freguesias de Silva Escura e Dornelas. Iremos, assim, melhorar e reforçar a oferta habitacional em cerca de 45 habitações. Ao mesmo tempo, iremos também ajudar 43 pessoas que verão recuperadas as suas habitações. No que toca à saúde, sabemos que há grandes desafios a superar para repor a dignidade e qualidade dos serviços médicos. Ainda que a saúde não seja uma competência das autarquias, temos de continuar a insistir para que vejamos médicos suficientes para todos os severenses, capazes de desempenhar as suas funções sem limitações ou entraves. Estamos em constante comunicação com os responsáveis da nova ULS da Região de Aveiro. Depois de muito lutar, conseguimos garantir o valor de 2,1 milhões de euros para as obras de requalificação e ampliação do Centro de Saúde, bem como meio milhão de euros para a construção de uma nova Extensão de saúde. E estamos no caminho certo para garantir novos médicos neste concelho. Recentemente, Sever do Vouga passou a contar com um novo médico, que veio para ficar. Com vista a proporcionar iniciativas de promoção de uma vida saudável e maior qualidade de vida a quem cá reside, temos investido em diversas iniciativas desportivas, exemplo destas iniciativas é o A(concelho-te) a mexer nas nossas freguesias. Retomamos a iniciativa Sever do Vouga a Caminhar, acolhemos o evento Walking Football da Associação de Futebol de Aveiro e mantemos a Piscina Municipal com aulas diversificadas, para todos os públicos. Acompanhamos, no passado dia 09 de fevereiro, o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, João Paulo Correia, numa visita à Escola Básica e Secundária do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga, para uma sessão promovida pelo IPDJ (Instituto Português do Desporto e da Juventude). Inauguramos no dia 10 de fevereiro, o projeto Nature Storytelling at Sever do Vouga e a obra de requalificação do Posto de Turismo, numa cerimónia que contou com a presença dos representantes da Adrimag e do Turismo Centro de Portugal. Esta ação visa consolidar o Turismo no concelho, através da preservação da memória coletiva, do enaltecimento do nosso património e da valorização da nossa identidade comunitária, como veículo de coesão territorial. Sever do Vouga, tem hoje um site e uma *app* inteiramente dedicada ao Turismo e à promoção do concelho, temos novos guias, novos percursos que contribuirão para o desenvolvimento das enormes potencialidades turísticas do nosso concelho. Gostaria de salientar, nesta informação escrita, o desempenho incansável do Serviço Municipal de Proteção Civil. Encontramo-nos no pico do Inverno, com muitas ocorrências, muitas delas em simultâneo e com níveis de gravidade variáveis. Através da consolidação deste serviço conseguimos, agora, fazer face a uma necessidade premente que havíamos sinalizado. Promovemos a Rota da Lampreia e da Vitela que se iniciou no dia 17 de fevereiro, em oito restaurantes concelhios. Durante os dias da Rota podem encontrar, nos restaurantes aderentes - segundo pré-marcação, os sabores genuínos do típico “arroz de lampreia”, da “lampreia à bordalesa” e da vitela assada com arroz de forno. Inicia-se, amanhã, o Festival das Camélias no CAE, com a exposição de flores, degustação de produtos relacionados com a flor. Por fim, uma palavra de esperança para todos os severenses, acreditamos que as nossas medidas irão continuar a melhorar a qualidade de vida das pessoas e que todos poderão ver de uma forma mais satisfatória as suas necessidades. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Estão abertas as inscrições. António Dias, tem a palavra.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, falou há pouco sobre a nova extensão de saúde de Talhadas e entrou aqui em confronto com o executivo atual da Junta de Freguesia. Eu quero-lhe aqui dizer uma coisa. A Junta de Freguesia não tem jurista contratada. A Junta de Freguesia... oiça-me primeiro, faça o favor, respeite. O senhor parece o presidente do Chega que está sempre em conflito.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente da Câmara, evite tecer comentários. Façam o favor de manter a elevação.-----

António Dias – Eu mantive-me calado, agora agradeço respeito. Senhor Presidente, é simples. A Junta de Freguesia não tem advogado contratado. O senhor tem, inclusivamente, nos quadros um jurista e ainda contratou mais uma jurista para Chefe de Gabinete que é para controlar as atas. Não há nenhuma ata que da reunião de Câmara ou reunião da Assembleia que não passe pela jurista da Câmara. Isto é vergonhoso.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Isso que está a dizer não corresponde à verdade relativamente à Assembleia. Estou a desmenti-lo, no que diz respeito à Assembleia o senhor não está a dizer a verdade. No resto, não sei.-----

António Dias – Senhor Presidente, isto é simples. Não há nenhum investimento que a Junta de Freguesia não abra os braços e não os queira receber. Este, nós não temos documentação.-----

Presidente da Câmara Municipal – É falso.-----

António Dias – Mostre-me onde é que está a falsidade. Mostre-me os documentos que enviou à Junta de Freguesia de Talhadas. Só se enviou às minhas colegas, que elas não estão aqui. A mim não enviou de certeza. Nem pelo correio, nem via e-mail, nem por lado nenhum.-----

Presidente da Câmara Municipal – O senhor não vê e-mails.-----

António Dias – Desculpe, não vejo e-mails? Mostre. Diga assim “foi enviado no dia tal”.

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor António Dias, continue. Não vamos entrar em diálogo porque senão, não esclarecemos nada uns aos outros.-----

António Dias – Senhor Presidente da Assembleia, eu quero aqui informar o senhor Presidente da Câmara que foram os ex-presidentes de Junta, eleitos pelo seu partido, que informaram o atual executivo que o terreno era propriedade da Junta de Freguesia. Foi o senhor António Rodrigues Ferreira e o senhor António da Silva Portela que me informaram. Eu não sabia. Para mim, o terreno era dos baldios.-----

Presidente da Câmara Municipal – É falso.-----

António Dias – É falso? Quer que eu chame aqui o senhor Ferreira e o senhor António Portela?-----

Presidente da Assembleia Municipal – Prossiga, senhor Presidente da Junta.-----

António Dias – Desculpe, o senhor está a fazer de mim o quê? O senhor está aqui a mentir. Eu chamo-os cá. Foram eles que me disseram. Foram os dois. Eu não sabia. Eu desconhecia. Foi o senhor António Portela e o senhor António Rodrigues Ferreira. Senhor Presidente, eu queria só um esclarecimento. O que eu pedi foi um extrato detalhado dos fundos disponíveis, não foi o valor total. Eu não quero o valor total. Isso eu tenho. Eu quero o extrato detalhado. Está bem, senhor Presidente? Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, senhor Presidente da Junta de Talhadas. Eu não tinha mais inscrições. Senhor Presidente da Câmara, sobre esta intervenção já teve oportunidade de ir demonstrando o que não concordava, portanto, podemos prosseguir.-----

Presidente da Câmara Municipal – Não merece qualquer comentário.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não é isso que lhe perguntei. O senhor já fez a sua intervenção, foi fazendo, portanto, vamos avançar para o ponto 3.2 da Ordem do Dia.--

3.2 Alteração ao Regulamento de Utilização da Piscina Municipal de Sever do Vouga: - Foi apresentada a versão final da Alteração ao Regulamento de Utilização da Piscina Municipal de Sever do Vouga para efeitos de aprovação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Trata-se de uma proposta elaborada pelos nossos serviços. Foram cumpridos todos os procedimentos legais. Pretende-se adaptar o regulamento ao modelo de utilização que se pretende para a Piscina Municipal.-----

O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a versão final da Alteração ao Regulamento de Utilização da Piscina Municipal de Sever do Vouga para efeitos de publicação da mesma no Diário da República.-----

Vinte e oito votos a favor: Adérito Soares, Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.-----

3.3 Alteração ao Regulamento de Apoio ao Arrendamento Urbano para Fins Habitacionais:

- Foi apresentada a versão final da Alteração ao Regulamento de Apoio ao Arrendamento Urbano para Fins Habitacionais para efeitos de aprovação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Trata-se de uma proposta elaborada pelos nossos serviços. Foram cumpridos todos os procedimentos legais.-----

O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a versão final da Alteração ao Regulamento de Apoio ao Arrendamento Urbano para Fins Habitacionais para efeitos de publicação da mesma no Diário da República.-----

Vinte e oito votos a favor: Adérito Soares, Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.-----

3.4 Regulamento de Atribuição de Incentivos ao Abate de Javalis (Sus Scrofa): - Foi apresentada a versão final do Regulamento de Atribuição de Incentivos ao Abate de Javalis (Sus Scrofa) para efeitos de aprovação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Trata-se de uma proposta elaborada pelos nossos serviços. Foram cumpridos todos os procedimentos legais.-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a versão final do Regulamento de Atribuição de Incentivos ao Abate de Javalis (Sus Scrofa) para efeitos de publicação da mesma no Diário da República.-----

Vinte e seis votos a favor: Adérito Soares, Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro.-----

Dois abstenções: Hermínio Martins e Sérgio Silva.-----

3.5 Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Rocas do Vouga: - Foi presente uma proposta da Câmara Municipal para a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Rocas do Vouga, que tem como base o documento elaborado pela Divisão de Administração do Território e que inclui a memória descritiva e justificativa, a

planta com a delimitação da área abrangida e o quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais.-----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Vemos como muito importante a revitalização urbana para a melhoria das nossas freguesias. O objetivo primordial da Revitalização Urbana é realizar a intervenção de áreas degradadas e abandonadas em núcleo urbanos, visando resgatar o valor cultural destes espaços, destacando seu Património Histórico e renovando as áreas deterioradas. Em termos técnicos, por área de reabilitação urbana, designa-se a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana. Por sua vez, a operação de reabilitação urbana, corresponde ao conjunto articulado de intervenções visando, de forma integrada, a reabilitação urbana de uma determinada área. A delimitação das áreas de reabilitação urbana é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. A aprovação de uma ARU atribuí à área um conjunto significativo de efeitos, entre estes, destaca-se, a obrigação da definição dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património. Decorre também daquele ato a atribuição aos proprietários do acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana. Desde que tomamos posse, temos procurado criar um concelho de todos e para todos, e tem sido um desígnio da nossa governação tratar todos as freguesias da mesma forma, e por consequência todos os municípios por igual. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Inscrições para este ponto? Almiro Machado, tem a palavra.-----

Almiro Machado – Excelentíssimo Presidente da Mesa da Assembleia e seus membros, excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga e senhores vereadores, excelentíssimos presidentes de Junta de Freguesia, boa noite a todos. Estamos a tratar de um tema muito sensível para Rocas do Vouga. Venho aqui só para agradecer ao executivo da Câmara Municipal de Sever do Vouga pelo tratamento que deram a Rocas do Vouga. Quero agradecer, também, os técnicos que convidaram o Presidente da Junta para colaborar e decidir decisões difíceis. Obrigado ao executivo, ainda bem que se fala de alguma coisa de bem porque, até à data, tem sido difícil. Obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Monteiro.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Aproveitando esta oportunidade para aqui vir fazer uma nota que eu estenderia à proposta seguinte, também. Se me permitisse, falaria das duas. E, é muito importante ter-se a noção de que aquilo que está a ser feito, pela atual Câmara, é uma revolução face ao que estava previsto no mandato anterior. O mandato anterior entendeu que a única zona de reabilitação urbana que fazia sentido existir era em Sever do Vouga, no centro da vila. E, nos chamámos à atenção de que Sever do Vouga tem outras polaridades que é importante, também, dignificar o centro das outras freguesias. E é um trabalho que se iniciou neste mandato e que eu não me canso de sublinhar que é importantíssimo, porque o facto de se limitar uma ARU, que parece uma sigla esquisita, um nome esquisito, significa que quem tem uma casa neste centro da freguesia pode ter um desconto no IVA que é pago para fazer as obras e esse IVA, ainda por mais, e nós chamámos à atenção disso no mandato anterior, é que este IVA nem sequer é uma receita para o Município. Vai para a Administração Central e para a União Europeia. Havendo esta faculdade de ser dado este desconto aos Severenses de todas as freguesias para poderem fazer obras nas suas casas e reabilitar essas suas casas, é de

aproveitar e fazer essa delimitação. Eu sei que, às vezes, pode haver dúvidas sobre onde fica a linha de delimitação. É evidente que eu não sou arquiteto, não sou urbanista, não vou discutir essa linha. Admito que, nalguns casos em que possa haver necessidade, no futuro, de ajustar essa linha em função daquilo que vierem a ser os investimentos que os particulares queiram fazer, que haverá disponibilidade do Município para o fazer. O que é importante é ser dado este passo que é todas as freguesias no seu centro poderão ter este desconto e é importante, também, divulgar que há este desconto nos impostos a pagar para fazerem as obras de reabilitação nas suas casas e, desse modo, incentivar a que os centros das freguesias voltem a ser habitados, voltem a ter casas com aquilo que todos nós desejamos, que é um centro mais vivo e mais forte em cada uma das freguesias que constituem Sever do Vouga. Disse.-----

O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Rocas do Vouga, ao abrigo do artigo 13º n.º 1 e artigo 14º alínea a) do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, republicada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.-----

Vinte e sete votos a favor: Adérito Soares, Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.-----

Ana Cristina da Silva Tavares não estava presente na sala aquando da discussão e votação deste ponto.-----

3.6 Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Silva Escura e Dornelas: - Foi presente uma proposta da Câmara Municipal para a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Silva Escura e Dornelas, que tem como base o documento elaborado pela Divisão de Administração do Território e que inclui a memória descritiva e justificativa, a planta com a delimitação da área abrangida e o quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Apenas para dizer que, com a delimitação desta ARU completa-se um processo que envolveu todas as freguesias. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Inscrições para este ponto? Elga Silva, tem a palavra.-----

Elga Silva – Excelentíssimo senhor Presidente desta Assembleia, restante Mesa, senhor Presidente e restante executivo, excelentíssimo público em geral presente e em suas casas, restantes pessoas que nos estão a ouvir. Se bem se lembram, na passada reunião desta assembleia, realizada a 22 de dezembro último, abordei a questão da ARU para União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas. Muito me apraz estar aqui, neste momento, a dizer que a ARU para União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas está pronta e pronta para a aprovação pelos elementos da assembleia. Não vou falar sobre os benefícios das ARUs, mas tendo em conta a complexidade da elaboração de um processo deste género, e estando presente nas reuniões com os técnicos do Município para elaboração do mesmo, noto e denoto que foi um processo iniciado há já bem muito tempo, não só desde dezembro, que é um processo moroso e que já teria sido iniciado há bastante tempo. Tendo em conta a intervenção do senhor Presidente, devo louvar este executivo pelo alargamento das áreas de reabilitação urbana para além da sede do concelho às freguesias. Não vou estender-me nas minhas palavras a falar da desertificação dos centros das freguesias, que é comum no nosso concelho, e o benefício que uma área de reabilitação urbana pode trazer para revitalizar e fazer renascer, quer por investimento de pessoas, dos locais, quer por gente

vinda do exterior. Agradeço o momento para, de novo, reiterar o agradecimento ao executivo e aos técnicos que estiveram envolvidos no processo. Tenho dito. Obrigada.----
O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Silva Escura e Dornelas, ao abrigo do artigo 13º n.º 1 e artigo 14º alínea a) do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, republicada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.-----

Vinte e sete votos a favor: Adérito Soares, Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.-----

Ana Cristina da Silva Tavares não estava presente na sala aquando da discussão e votação deste ponto.-----

3.7 Mapa de Demonstrações do Desempenho Orçamental: - O órgão deliberativo tomou conhecimento do Mapa de Demonstrações do Desempenho Orçamental, referente ao ano de 2023.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. A Demonstração do Desempenho Orçamental é uma demonstração de relato, prevista no parágrafo 46 da Norma de Contabilidade Pública n.º 26 do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública). Esta evidencia as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico por fontes de financiamento, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os saldos de gerência anterior e o da gerência seguinte. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

3.8 Alteração Modificativa ao Orçamental Municipal de 2024: - No uso da competência dada através da alínea a), do ponto 8.3.1.3, e alínea b), do ponto 3.3, ambas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nova redação dada através do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, foi elaborada e apresentada a 2ª Alteração Modificativa do Plano Plurianual de Investimentos do Orçamento Municipal de 2024.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Esta proposta representa um aumento do orçamento municipal para 2024, em 3,9 milhões de euros. O aumento que ocorre no orçamento da receita é principalmente pela introdução de 1,3 milhões de euros do saldo de gerência, nos termos do artigo 77.º do Orçamento de Estado para 2024; por € 1 000 000,00 com projetos financiados e por € 1 500 000,00 com transferências de verbas do orçamento do estado. Relativamente ao orçamento de despesa, foram realizadas correções a dotações orçamentais correntes e de capital, destacando-se os seguintes reforços no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano de Atividades Municipal: Construção do Centro municipal de recolha animal (CROA), Reabilitação do posto da GNR, Cheias e inundações de 2023, Aquisição de terrenos para o Mercado Municipal, Reforço das transferências de capital para as associações de municípios (CIRA), e para as Instituições sem fins lucrativos, Aquisição de imóveis – nomeadamente o prédio das “Finanças” de Sever do Vouga que vai ser adquirido pela Câmara Municipal, Reforço dos Circuitos especiais – Transporte, Realização da Ficavouga e Feira Nacional do Mirtilo, Reforço dos incentivos aos Serviços médicos, Reforço dos gastos de eletricidade com iluminação pública e Reforço das transferências correntes para o Associativismo. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Intervenções sobre este ponto? David Alves, tem a palavra.-----

David Alves – Excelentíssima Mesa, executivo, membros do executivo, colegas e companheiros da assembleia, restante público em geral. No meu entender, estamos neste momento a discutir o orçamento. Aquele que era de novembro e veio à assembleia, esse para mim não era o real. Na altura eu disse e a prova é que estamos a falar, dois meses depois, em fevereiro, de mais € 3 900 000,00 de dotação. Passámos de € 10 400 000,00 para € 14 364 000,00. Na altura, o senhor Presidente da Câmara disse, e bem, que havia ajustamentos que não podia ainda englobá-los no orçamento por força de ainda não estar materializado os valores dos fundos europeus. É bom. Passamos a ter um orçamento muito mais elevado com mais capacidade para fazermos obra, portanto, realço as receitas de capital porque são comparticipações dos fundos europeus, de certeza absoluta, € 2 000 000,00. Valor aplicado, a maior parte, a despesas de capital - € 2 300 000,00. Temos um aumento de despesas correntes, um reforço de despesas correntes de € 1 600 000,00 porque também temos despesas correntes de receitas de € 600 000,00 por força dos acordos que fizemos que penso que será por causa da parte da saúde e da parte da ação escolar. Da parte do PS, nós vamos dar liberdade de voto aos nossos membros votarem como entenderem, portanto, porque o orçamento, no meu entender, é apenas uma ferramenta de trabalho que no caso do Município, tem regras para cumprir, mas que é um plano de intenções. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, David Alves. Tem a palavra Diana Paiva.-----

Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos de há pouco e, como o senhor David Alves referiu, e nós já tínhamos já esse conhecimento, esta modificação orçamental terá a ver, precisamente, com os valores que o senhor Presidente já tinha dito das candidaturas que se estão agora a estabelecer. Eu gostava só de focar num ponto porque a primeira despesa que está ali prevista é precisamente o centro de recolha animal e isto porque nós, os membros que temos estado na CIRA, nas assembleias, temos visto, de há uns anos para cá, e vários anos, em que temos um CIROA previsto com muito gasto, neste momento, ainda só em projetos, e estimativas e lançamentos de concursos e não temos uma pedra lançada e já rios de dinheiro gastos. E, neste aspeto, eu dou os parabéns ao Município pelo seu trabalho, porque pôs mãos à obra, deixou de ligar a um projeto que não sai do papel e, tendo presente que no nosso concelho existe efetivamente um problema com animais errantes, eu noto numa freguesia onde resido esse problema, mas penso que é no concelho todo, e isto será um meio para conseguirmos resolver o problema. O problema de animais errantes não se resolve só com centros de recolha, também se resolve com educação, com formação, porque se nós queremos um animal queremos tomar conta dele para a vida e não, ao menor problema, lançá-lo para a rua e abandoná-lo e este é um problema que se vê. Depois, temos esta situação por resolver. Portanto, dou os parabéns e esperemos que consigamos lançar este projeto rapidamente, que ele se concretize, que seja efetivo e que se consiga resolver o problema dos animais. Muito obrigada.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, Diana Paiva. António Monteiro, tem a palavra.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, público. Duas notas apenas. Uma para dizer que nós sabemos que, em dezembro, temos também que fazer o nosso orçamento, mas como todos já sabemos, aqui na Assembleia Municipal, também, há obrigatoriamente que fazer uma revisão orçamental para incorporar o saldo e para, neste caso também, incorporar aquilo que são as verbas comunitárias que vão reforçar o orçamento de investimento do Município. Portanto, este é, efetivamente, o momento em que se pode dizer que estamos no meio do mandato e é importante sublinhar que o esforço de investimento que este orçamento significa e daquilo que é importante que seja feito por Sever do Vouga e para garantir o desenvolvimento de Sever do Vouga. Eu não resisto, também, tendo Diana Paiva suscitado a questão, a

questão do centro de recolha animal. Às vezes, fazem-se leis, em Lisboa, com as melhores das intenções, mas sem ter a menor noção de qual é a realidade do terreno e há, efetivamente, um problema com o controle animal por todo o país e, em particular, as autarquias acabaram por ter que suportar o problema e resolver. Na região de Aveiro há um projeto de há muitos anos, que a Diana Paiva mencionou aqui, que é p CIROA, que seria encontrar uma solução integrada e maior que pudesse dar resposta a todos os municípios da região de Aveiro para a recolha destes animais. O que é facto é que foi lançado um primeiro projeto, esse projeto foi desenhado, foi preparado para lançar para concurso e aquilo que se aperceberam é que já estava esgotado e ainda nem sequer se teria iniciado a construção, ou seja, o número de animais errantes para os quais era necessário o CIROA, aquele já não servia e o processo acabou por voltar à estaca zero e está, neste momento, a ser novamente desenhado porque aquele que, inicialmente, tinha sido feito, já não servia no momento em que se iria poder lançar, já não sei se era o lançamento ou se era a adjudicação, mas não havia sequer uma pedra e já estava esgotado. Isto dá, também, uma noção do problema que existe com animais errantes por toda a região e é necessário haver um cuidado muito especial com esta questão porque, em muitos casos, coloca em risco a vida de pessoas, a salubridade, a saúde das pessoas e é uma das questões que nos deve preocupar a todos e que é importante que, enfim, é importante ao mesmo tempo que lamentamos que a solução que tinha sido desenhada inicialmente para a região não consiga, até hoje, sair do papel porque o problema tem crescido de tal forma que se foi ultrapassado pelas próprias circunstâncias o projeto que tinha sido inicialmente desenhado e o Município está, neste caso, a avançar no sentido de fazer a sua parte, ao mesmo tempo que, na região, há necessidade de rever e avançar, também, com uma solução mais ampliada daquela que inicialmente tinha sido prevista. Portanto, isto obriga-nos, às vezes, a pensar muito bem quando se tem boas intenções e depois não se pensa nas consequências no terreno e qual é que será o impacto daquilo que está a ser desenhado, às vezes, nos gabinetes que se esquecem depois que é preciso que se chegue ao terreno. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, António Monteiro. Não tenho mais intervenções. Senhor Presidente da Câmara, quer acrescentar alguma coisa?-----

David Alves, perguntou se se justificava a compra do imóvel das Finanças. -----

Presidente da Câmara Municipal – Sim. O imóvel das Finanças localiza-se no centro da vila de Sever do Vouga naquele quarteirão, por assim dizer, que ficaria a pertencer todo à Câmara Municipal. As Finanças continuam lá e a pagar uma renda ao Município, o que me parece ser um bom negócio, para além de que as partes que, neste momento, não estão a ser ocupadas pelas Finanças poderão ter outros serviços, não só do Município, mas como de outros serviços. É evidente que também é nossa obrigação, acho eu, deixarmos mais património do que aquele que encontramos e a verdade é que nós temos feito centenas de escrituras, sobretudo de estradas, mas também de outros imóveis e a aquisição dos terrenos do futuro largo da feira, no Arruamento Novo, e o edifício das Finanças, mostra também esta estratégia de aumento do património do Município. Para quem vem a seguir, é quase uma obrigação de um pai deixar aos filhos um bocadinho mais do que aquilo que encontrou. Só isso.-----

A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a 2ª Alteração Modificativa do Plano Plurianual de Investimentos do Orçamento Municipal de 2024.-----

Vinte e três votos a favor: Adérito Soares, Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro.-----

Cinco abstenções: António Dias, David Alves, João Oliveira, Jorge Graça e Sérgio Silva.-

3.9 Fiscalização das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada: - A Câmara Municipal apresentou um pedido de autorização a delegação da atividade de fiscalização na concessionária das zonas de estacionamento de duração limitada, de forma a ser

realizado o “Exercício da Atividade de Fiscalização”, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 146/2014, de 9 de outubro, na sua redação atual.-----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. No seguimento das deliberações já tomadas sobre o estacionamento, mostra-se necessário proceder à delegação da atividade de fiscalização das zonas de estacionamento de duração limitada. Isto é o fim de um longo ciclo que teve início com a recusa, por parte da GNR, em fazer a fiscalização do cumprimento dos tickets de estacionamento, portanto, a partir de agora podemos avançar com o procedimento para entregarmos a uma empresa de fiscalização. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O órgão deliberativo deliberou, por maioria, autorizar a delegação da atividade de fiscalização na concessionária das zonas de estacionamento de duração limitada, de forma a ser realizado o “Exercício da Atividade de Fiscalização”, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 146/2014, de 9 de outubro, na sua redação atual.-----

Vinte e três votos a favor: Adérito Soares, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Fernando Pereira Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.-----

Cinco abstenções: Alexandre Rocha, Ana Tavares, António Dias, Elga Silva e Sandra Pereira.-----

O membro António Fernando da Silva Dias ausentou-se da sessão mediante apresentação de justificação à Mesa, a qual foi aceite, não tendo participado da discussão e votação dos restantes pontos da Ordem de Trabalhos.-----

3.10 Plano Estratégico Municipal de Saúde e Bem-Estar de Sever do Vouga: - Foi apresentado o Plano Estratégico Municipal de Saúde e Bem-Estar de Sever do Vouga para efeitos de aprovação.-----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Eu pedia-lhe que, no seguimento de uma breve exposição, permitisse passar a palavra ao senhor Vice-Presidente. Trata-se de um documento essencial para o nosso concelho. Foi elaborado pela entidade contratada para o efeito, com os contributos de todos os agentes de saúde do município. Foram auscultadas todas as juntas de freguesia e a própria Câmara Municipal para a elaboração do plano de saúde e bem-estar. Passava agora, com a sua permissão, a palavra ao Vice-Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

Vice-Presidente da Câmara Municipal – Em primeiro lugar, cumprimentar o senhor Presidente e os demais aqui presentes. O plano municipal é um plano municipal de saúde e bem-estar. Não é uma estratégia de saúde pura e dura. É uma análise mais global do nosso concelho que, inicialmente, isto foi feito em duas fases, a primeira das fases foi o diagnóstico ou o estado arte do nosso concelho e antes de dar aqui meia dúzia de conclusões sobre este diagnóstico, queria agradecer a participação de todos quantos deram os seus contributos para este plano, muitas vezes deixando as suas divergências de lado e conseguindo chegar aqui a um documento que permite ter uma análise da qual possamos partir para definir uma estratégia para o plano de saúde e bem-estar. Nesta primeira fase, algumas das conclusões, se calhar alguns de nós teríamos como intuitivas, mas não confirmadas. Verifica-se uma perda de população jovem relativamente ao envelhecimento da nossa população. Temos um aumento das pessoas que vivem sozinhas, com os agregados familiares a diminuir o número de indivíduos. Existe uma prevalência do transporte individual em detrimento do transporte coletivo. Temos uma população que

efetuou pouco exercício físico e isto também está ligado à saúde do indivíduo. Temos 47% da população que admite não fazer exercício físico sob nenhuma forma. Temos 33% da população que assumiu consumir alimentos não saudáveis de uma forma muito regular. 11% da população é fumadora no concelho e 9% da população assume consumir bebidas alcoólicas de forma descontrolada. Não é de forma regular. Reafirmo, é de forma descontrolada. Por outro lado, temos ótimas taxas de ruído. A única exceção é o corredor da A25 devido à sua utilização. Temos muito boa qualidade de ar em 189 dos dias do ano e, se lhe juntarmos a classificação de regular ou boa, temos uma qualidade de ar boa em 346 dias do ano, ou seja, temos um ambiente e uma qualidade de ar que é propícia a todos. Depois, tivemos uma segunda fase onde foram ouvidos os contributos de todas as juntas de freguesia e demais elementos e que definiu quatro eixos fundamentais para este plano que tem a ver com o ambiente em que as pessoas vivem, nomeadamente o seu acesso à habitação, a promoção da eficiência energética e das suas condições de habitações, a requalificação das suas habitações. Há bocado, discutimos as ARUs, podem dar um contributo aqui para que as pessoas também possam fazer isto. A mobilidade e a rede de transportes, rede de água e saneamento para todos e a questão dos animais errantes e da saúde animal sobre a possibilidade de influência na saúde humana. Depois, temos outro tipo de escolhas que temos de fazer. É um outro dos eixos que é os programas de prevenção do alcoolismo, do tabagismo, os programas de saúde e de prevenção da doença, articuladas com as diferentes entidades responsáveis e, como deriva do que disse há pouco, a promoção da atividade física como elemento fundamental para a saúde de todos. E, também, a promoção da literacia em saúde, ou seja, o conhecimento que as pessoas têm sobre a saúde e sobre os termos utilizados em saúde e a sua própria saúde. Depois, outro eixo fundamental é os cuidados de saúde próximos, ou seja, a acessibilidade que as pessoas têm aos cuidados de saúde. Foi definida a implementação de um modelo organizacional que melhora o acesso aos cuidados de saúde. Neste momento, o SNS e o Estado Central definem esse modelo como sendo as USF, portanto, é vertido neste plano precisamente este modelo de organização, a melhoria das condições físicas e estruturais das instalações, quer para os utentes quer para os profissionais que nelas trabalham. Neste ponto, deixem-me dizer-vos que as ações que desenvolvemos no âmbito do PRR visam precisamente isso. Depois, a atração dos profissionais e dos clínicos, com os protocolos que fizemos com as ULS com a disponibilização dos serviços à população. E, depois, umas respostas mais globais para todos, é o eixo final, e que tem a ver com o acesso a respostas sociais, sejam elas para as crianças ou para os idosos, os mais desfavorecidos. O apoio ao cuidador informal, que é também uma das vertentes que suporta aqueles que precisam do apoio direto. A proteção dos idosos e, como eu dizia há pouco, temos muitos idosos a viver isoladamente. A adaptação das habitações para a incapacidade ou mobilidade reduzida e atividades que visam o envelhecimento ativo e, ainda, uma reorganização do modelo associativo que olhe para a saúde para o bem-estar da população de Sever do Vouga e que cujo apoio esteja assente na resposta que eles possam prestar à comunidade e o seu nível de envolvimento. Este é, pois, um plano que nos faz um alerta e que nos tira as conclusões sobre a fotografia que temos em Sever do Vouga e o muito trabalho que ainda teremos pela frente, seguramente, para que possamos ter e melhorar a saúde e bem-estar de todos os municípios de Sever do Vouga.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Estão abertas as inscrições para este ponto. António Monteiro, tem a palavra.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, demais vereadores e membros da Assembleia Municipal. Eu queria saudar a apresentação deste plano à assembleia municipal. Foi, aliás, uma iniciativa que foi tomada, salvo erro, no mandato anterior pelo PSD, mas não podemos deixar de chamar a atenção para a sua importância porque a saúde é, sem dúvida, uma das questões mais sensíveis e que para a qual os portugueses hoje estão particularmente atentos e para a qual não podemos olhar para o outro lado e, simplesmente, empurrar as responsabilidades para

quem as tem que é, efetivamente, a Administração Central, e esquecermos aquilo que são as preocupações que as pessoas sentem no seu dia-a-dia. Este plano é um plano ambicioso. Eu diria até, perdoem-me a ousadia, que tendo sido alterado o modelo dos planos diretores municipais, poderia fazer sentido integrá-lo no plano diretor municipal de Sever do Vouga porque os atuais planos diretores municipais modernos não são apenas urbanísticos e tem a ver com a estratégia de desenvolvimento do concelho e esta é, sem dúvida, uma das peças que, hoje em dia, é mais importante para o desenvolvimento do concelho de Sever do Vouga, mas também queria fazer aqui algumas notas que, para mim, são importantes e que é importante que fique claro, é que o Município de Sever do Vouga, só por si, não consegue resolver este problema. Este é um problema nacional e por muito esforço que seja feito em Sever do Vouga, se não houver uma alteração de estratégia a nível nacional, vão continuar a destruir o Serviço Nacional de Saúde como têm destruído ao longo dos últimos anos. Infelizmente, é isso que está a acontecer porque, como foi dito aqui, e bem, não há falta de médicos em Portugal. Não há médicos no Serviço Nacional de Saúde e quem tem a responsabilidade por gerir o Serviço Nacional de Saúde é o governo e o governo do Partido Socialista levou o Serviço Nacional de Saúde à situação de quase colapso. E, por isso, nós temos eleições, e eu percebo que este plano foi desenhado com a estratégia do governo que, neste momento, ainda está em funções, embora em gestão, o governo demissionário, mas há opções políticas nacionais que são importantíssimas para todos os concelhos incluindo, evidentemente, o concelho de Sever do Vouga. Sabermos qual é o papel que o Serviço Nacional de Saúde tem, qual é o papel que a cooperação do setor social, misericórdias, IPSS, os particulares, fundos privados na saúde, podem ter, são opções que, antes de tudo mais, são opções a nível nacional que têm que ser, e esperemos que comecem a ser, clarificadas a partir do dia 10 de março. É evidente que há questões ambientais que são importantes em termos da saúde. Falou-se da água, a qualidade do abastecimento da água, também das águas residuais. Há comportamentos que são importantes. Do ponto de vista estratégico, há algumas notas que eu tirei da análise que fiz do plano que nos é apresentado e que, por isso, disse que fazia sentido, eventualmente, até integrá-lo no documento mais importante de todos que é o plano diretor municipal porque este plano aponta para matérias de transporte de doentes, aponta evidentemente para a criação de uma unidade de saúde familiar tipo B, de apoio aos medicamentos, ou seja, envolve tantas questões que são, em grande medida, transversais para a saúde, como seja a atividade física e, no fundo, se formos a ver, acaba por abranger a quase generalidade dos pelouros nos quais o Município está envolvido e isto revela a importância que o tema da saúde tem para todos nós e o desafio que é para o futuro de todos nós em Sever do Vouga. Muito obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Diana Paiva.-----

Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente. Eu não me vou alongar. Congratulamo-nos pela existência deste documento e pela sua apresentação porque, efetivamente, tinha sido um documento e um instrumento pedido pelo PSD no mandato anterior. Este instrumento é muito importante para o nosso concelho. Conforme foi dito, mostra a fotografia do nosso concelho, das pessoas, da sua vida e da falta de alguns cuidados que têm no seu dia-a-dia e muito importante para os cuidados de saúde que tanto pretendemos e tanto exigimos e que também mostrará aos atores da saúde tudo aquilo que podem e devem fazer pelo bem-estar das nossas pessoas. É muito bom que tenhamos esta fotografia, é muito bom que saibamos onde é que estão os nossos problemas para trabalharmos as soluções para elas. Muito obrigada por este documento e esperemos que a saúde no nosso concelho com base neste instrumento. Muito obrigada.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Sérgio Silva, tem a palavra.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado. Mais uma vez, muito boa tarde. Realmente, temos um documento muito bonito, mas a fotografia já foi tirada aquando da aceitação da delegação de competências da saúde, por esta Câmara, de uma forma precipitada, imatura e que trará consequências no futuro. Contudo, esta Câmara, nessa aceitação da delegação de

competências, pensa que, com a criação das novas USF, vão resolver o problema dos médicos. Infelizmente, não vão e, então, apresentam-nos aqui este plano de saúde e bem-estar e que de bem-estar e eu penso que, se calhar, só mesmo a construção de uma nova extensão de saúde nas Talhadas porque o que nós precisamos, realmente, é de olharmos seriamente para a saúde. Um esclarecimento, um parêntesis, porque o que se está a passar, em Couto de Esteves e nas Talhadas, não é mais do que a disponibilidade de cuidados primários de saúde que não têm nada a ver com o Serviço Nacional de Saúde e não sei se também a Câmara, nesta estratégia, teve isso em consideração ou sequer pensou no assunto. Estamos a falar de gabinetes médicos certificados pela Entidade Reguladora da Saúde e que, de momento, estão a funcionar e que, se calhar, até podem ser também uma espécie de modelo que pode funcionar no futuro, se calhar, a partir do dia 10 de março se o Dr. Luís Montenegro for primeiro-ministro, ou ao contrário, se calhar, se for o Dr. Pedro Nuno Santos, que eu também estou a imaginar o Dr. Pedro Nuno Santos, dentro de um ano e meio, como primeiro-ministro a inaugurar o IC35 com o nosso Presidente da Câmara porque ele não arrasta os pés, ele faz as coisas. No dia seguinte diz o contrário, mas ele faz. E, por isso, eu já estou a ver essa fotografia, também, dentro de um ano e meio, no máximo. Queria também dizer que, quando nós somos incompetentes e não temos coragem de tomar decisões, tudo serve para nos desviarmos da responsabilidade. Ora pedimos auditorias para apontar o dedo aos outros, os outros é que fizeram mal, ora pedimos pareceres para arrastar o tempo e para ver se o parecer até traz uma resposta que nos seja vantajosa ou favorável e atiramos para o lado e andamos nisto. Quanto a fotografias, e este executivo gosta muito de fotografias, eu gostava de ver era este executivo às seis da manhã a tirar fotografias com as pessoas na fila de espera do centro de saúde de Sever do Vouga. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, Sérgio Silva. Jorge Graça, tem a palavra.-----

Jorge Graça – Muito obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, sintam-se todos cumprimentados na sua pessoa. Ao fim e ao cabo, estamos aqui a discutir um plano e um plano não passa de um plano. Mais importante, depois, é executá-lo e é isso que nós depois vamos averiguar e é isso que espero que aconteça da melhor forma possível. Mas, o que me leva a vir aqui outra vez é que não quero ir daqui mais intranquilo do que vim, nomeadamente com a extensão de saúde de Talhadas ou a possibilidade. Portanto, venho aqui fazer um apelo mediante aquilo que eu ouvi. Temos que nos unir naquilo em que estamos todos de acordo e eu penso que, fazendo aqui um juízo de intenções, como o senhor Presidente da Junta de Talhadas fez dele, tenho a certeza absoluta que ele não está contra a construção da extensão de saúde de Talhadas. Agora, há aqui algumas divergências e o que eu peço, e o apelo que eu faço, ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Vice-Presidente da Câmara, que tem o pelouro, é que se entendam e que ultrapassem as divergências e que se entendam no sentido da obra ser possível. É verdade, como o senhor Presidente da Câmara disse, eu faço parte dos órgãos sociais do conselho diretivo dos baldios de Talhadas e chegou lá, efetivamente, o pedido da Câmara e na sessão da assembleia em que nós estávamos para votar, eu acho que, com alguma matreirice, perdoe-me, senhor Presidente da Junta de Talhadas, o termo, mas foi alguma matreirice porque nós fomos surpreendidos, com a alegada posse do terreno pela Junta de Talhadas, mas é verdade que o conselho diretivo de Talhadas tem um contrato com a empresa de transportes e temos recebido as rendas. Isso é tudo verdade. E o que nós dissemos ao senhor Presidente, na altura, é que não interessa, os elementos do conselho diretivo, é que não interessa estar agora aqui a discutir de quem é a posse, interessa é ao fim que se destina cedê-la. Seja a Junta, ou seja o conselho diretivo. Portanto, não pusemos isso em causa e o que me interessa é apelar às partes, à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia, que se acordem naquilo que os une que é a intenção e o interesse em construir a extensão de saúde em Talhadas porque, como já foi aqui referido, quando melhoramos o serviço de saúde em Talhadas desafogamos um bocadinho o centro de

saúde. Ao fim e ao cabo é importante para todo o concelho. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, Jorge Graça. Penso que está concluído este ponto. Não sei se o senhor Presidente da Câmara quer acrescentar mais alguma coisa em função destas intervenções, ou o senhor Vice-Presidente.-----

Vice-Presidente da Câmara Municipal – Só para fazer um ponto de situação relativamente a isso. Eu comecei por dizer que o plano de saúde tinha sido uma boa ferramenta de entendimento entre as divergências dos diferentes atores do concelho. Obviamente que a Câmara Municipal não pretende que seja diferente no que diz respeito aos investimentos a serem feitos no concelho de Sever do Vouga. Importa, no entanto, fazer aqui um esclarecimento porque, de facto, tem havido alguma informação cruzada. O senhor Presidente da Junta de Talhadas está informado, desde algum tempo, da situação da extensão de saúde de Talhadas e do que poderia vir a acontecer. Este processo foi acelerado porque, como todos sabemos, foi anunciada a demissão de um governo nacional e fomos confrontados com um prazo muito curto para nos podermos candidatar ao PRR relativamente à extensão de saúde de Talhadas. Ainda assim, o senhor Presidente da Junta de Talhadas foi informado. Todos os locais propostos pelo senhor Presidente da Junta de Talhadas foram analisados pelas entidades competentes e o respetivo veredito foi-lhe dado por um e-mail secundário à informação que a Câmara já lhe tinha prestado e que ele não acreditou e, portanto, teve de consultar as entidades e recebeu resposta sobre o assunto. Posto isto, foi solicitado ao senhor Presidente a colaboração para que a mesma candidatura fosse efetuada. Depois disto, segundo tomamos conhecimento, a Assembleia de Freguesia de Talhadas fez exatamente a mesma recomendação à Junta de Freguesia, pelo que não estamos em divergência. Simplesmente estamos numa fase de conclusão do processo que esperamos que a Junta de Freguesia o execute e o finalize. Só isso. Muito obrigado.-----

A Assembleia Municipal, por maioria, o Plano Estratégico Municipal de Saúde e Bem-Estar de Sever do Vouga, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Vinte e seis votos a favor: Adérito Soares, Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro.-----

Uma abstenção: Sérgio Silva.-----

3.11 CPCJ – Recondução ou Eleição de Cidadão Eleitor: - Na sessão de 27 de novembro de 2020, Elga Maria Amaral Martins da Silva foi designada para integrar a Comissão Alargada da CPCJ. Tendo em conta que o seu mandato terminou no passado dia 27 de novembro de 2023, torna-se necessário proceder à sua recondução ou substituição. Tendo sido proposta a recondução do cidadão eleito, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo sido reconduzida Elga Maria Amaral Martins da Silva para um novo mandato.-----

Resultado da votação na lista apresentada: A favor – vinte e três votos; Contra – dois votos; Nulos – um voto.-----

Elga Maria Amaral Martins da Silva ausentou-se durante a discussão e votação deste ponto.-----

3.12 CPCJ – Eleição de Novo Cidadão Eleitor: - Através de e-mail datado de 09 de fevereiro de 2024, Ângela Teresa de Figueiredo Costa apresentou um pedido de demissão das funções de conselheiro da Comissão Alargada da CPCJ de Sever do Vouga, para as quais foi eleita na sessão de 29 de abril de 2022. Assim, e nos termos da alínea l), do n.º 1, do artigo 17º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, foi realizado o ato eleitoral, por escrutínio secreto, para a designação de um cidadão eleitor para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sever do Vouga, tendo sido designado Paulo Sérgio Santos Batista.-----

Resultado da votação na lista apresentada: A favor – vinte e três votos; Em branco – dois votos; Nulos – um voto.-----

Elga Maria Amaral Martins da Silva ausentou-se durante a discussão e votação deste ponto.-----

3.13 Revisão da Estratégia Local de Habitação: - Foi presente a revisão da Estratégia Local de Habitação de Sever do Vouga, para efeitos de aprovação. O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----
Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Atendendo à evolução social e habitacional dos últimos anos, bem como aos contactos realizados com os potenciais candidatos e à evolução social do município, foi revisto o diagnóstico sobre a identificação, tipificação e localização das carências de condições habitacionais condignas no concelho. Atualmente, verifica-se a necessidade de resposta a 93 agregados, onde se contam 48 agregados em que a resposta será de âmbito municipal, sendo os restantes casos 45 correspondentes a beneficiários diretos com carência económica e onde a habitação própria necessita de intervenção. A Estratégia Local de Habitação é um investimento de cerca de € 4 000 000,00, no mínimo. É um processo evolutivo e temos já previsto para, na próxima reunião de Câmara, ir à aprovação as primeiras obras de requalificação dos primeiros edifícios. Quero só dar aqui os parabéns a todos os envolvidos. Isto foi um processo extremamente complexo. Foram centenas e centenas de horas de trabalho e, por parte da senhora Vereadora Paula Coutinho dar os parabéns por toda a envolvimento que dedicou a este projeto e que estou por certo que terá um resultado muito profícuo no futuro e trará condições condignas a, como referi, 93 agregados. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Estão abertas as inscrições. Antes disso, a senhora Vereadora não quer dizer nada sobre o ponto?-----

Paula Coutinho – Boa tarde a todas e a todos. Acho que o senhor Presidente já fez um resumo daquilo que foi esta, na verdade, não explicitou aquilo que foi, efetivamente, a alteração. Nós sentimos a necessidade de alterar a estratégia que datava de 2021 e, com o passar do tempo, houve necessidade de atualizar os dados e, também, o atual executivo não se identificava com alguns edifícios que estavam refletidos aqui naquela estratégia, nomeadamente o último piso do Vougapark. Retiramos o último piso do Vougapark porque entendemos que é um centro de negócios e estar a misturar habitação social com empresas não seria o mais indicado. Portanto, tivemos que trabalhar aqui em conjunto com os novos números porque, entretanto, em algumas famílias um agregado faleceu ou mudou de residência ou melhorou as suas condições e, com esta atualização, houve também necessidade de atualizar esta Estratégia Local de Habitação. Os números são aqueles que estão aí refletidos no documento que está aqui hoje para votar e analisar. Basicamente, é isso. Posso, se assim o entenderem, dizer quais são as maiores alterações que tem a ver com o agregado. Inicialmente, em 2021, estavam previstas 50 habitações do Município, passamos agora para 42 habitações. Das IPPS estavam previstas 3 habitações e passamos agora para 5 habitações. Também temos agora a Junta de Freguesia de Rocas do Vouga com 1 habitação. Os beneficiários diretos eram 51 e passamos agora para 45 beneficiários diretos. São estas as principais alterações que estão refletidas no documento. O que retiramos foi o último piso do Vougapark e algumas escolas, inclusive o jardim de infância da Senhorinha que ainda está a lecionar.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Estão abertas as inscrições para este ponto. António Monteiro, tem a palavra.-----

António Monteiro – Muito rapidamente, senhor Presidente. Apenas para dizer que esta revisão é importante, tendo em atenção até aquilo que consta da informação escrita do senhor Presidente e das verbas comunitárias e da Administração Central que são destinadas a este projeto. E, numa altura em que tanto se fala em crise de habitação, e em que as políticas que foram prosseguidas a nível da Administração Central que foi prometer milhares de fogos, residências para estudantes, e em que aquilo que efetivamente temos no

terreno corresponde a zero, da Administração Central, eu estou convicto que, se não forem as câmaras municipais, se não forem os municípios a avançar com estes investimentos, e quanto mais depressa avançarem, mais depressa poderão dizer à Administração Central “mandem para cá mais dinheiro porque nós temos capacidade de fazer no terreno as coisas”, o PRR não será executado e nós teremos de devolver esse dinheiro à União Europeia. Portanto, o desafio que eu acho que é importante que os municípios todos, independentemente da cor partidária, devem fazer à Administração Central é avançar com estes investimentos o mais depressa possível para dizer à Administração Central “nós sabemos fazer, nós conseguimos fazer, nós temos capacidade para resolver o problema da habitação. Deem-nos os recursos que vocês não conseguem executar” e essa é, infelizmente, a realidade que nós temos hoje em dia. É que a Administração Central não tem conseguido executar o PRR e eu acho que as autarquias, e Sever será um exemplo daquilo que deve ser feito e lançar esse desafio. Venham mais recursos para as autarquias que as autarquias saberão fazer melhor. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. João Oliveira, tem a palavra.---

João Oliveira – Obrigado, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos a todos os presentes. Dentro do curto espaço de tempo que tive para analisar este documento, que chegou ao meu mail apenas ontem, queria referir apenas o seguinte: é importante ter uma estratégia local de habitação e, pela rápida análise que fiz a este documento o município tem-na. Mas, também é importante agilizar os processos daquelas pessoas que pretendem contruir ou reconstruir habitação e, quando por motivos legais tais pedidos não podem ter um deferimento favorável, ajudar essas pessoas a encontrar uma solução legal, apresentando-lhes sugestões e, se necessário, fazer deslocar um técnico da Câmara Municipal ao local, para analisar e propor todas as hipóteses legais possíveis para que a construção seja aprovada. Fica a sugestão. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. João Oliveira. Não sei se, na sequência desta última intervenção, o senhor Presidente da Câmara ou a senhora Vereadora querem intervir.-----

Presidente da Câmara Municipal – Sim, se me permitir. Muito rapidamente. Apenas para dizer que, efetivamente, eu tenho tentado, nós temos tentado desburocratizar todo o sistema e, sempre que alguém pede, vai o técnico, vai a Vereadora, vai o Presidente e tentamos sempre que as pessoas se fixem no nosso concelho e tentamos sempre que os projetos se desenvolvam no nosso concelho. Às vezes, não é possível, estudadas todas as variantes legais, não há forma. Quando um terreno não é urbanizável, não é urbanizável. Num dado momento não é possível. Alertamos, também, para que já este ano se irá iniciar a segunda revisão do PDM e podemos alterar dessa forma. Mas, efetivamente, nós temos feito um esforço muito grande e quem me pede para estar presente, onde quer que seja, desde o Couto a Talhadas, eu estou, passando por todas as outras freguesias, Dornelas, Silva Escura, Pessegueiro, Rocas, se eu não disser todas os presidentes de Junta ficam chateados, Paradela, Cedrim, Sever do Vouga. Muito obrigado, senhor Presidente.-

A Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovou o Plano Estratégico Municipal de Saúde e Bem-Estar de Sever do Vouga, com base na competência que lhe é atribuída pela alínea h) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Vinte e sete votos a favor: Adérito Soares, Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.-----

-----**4 – Período Destinado ao Público**-----

Não houve participação do público.-----
Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido

elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Luis Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----